

**Conservação da Biodiversidade através da Integração de Serviços
Ecosistêmicos em Políticas Públicas e na Atuação Empresarial
- Projeto TEEB Regional-Local**

Resumo da implementação até dezembro 2016

Deutsche Gesellschaft für Internationale Zusammenarbeit (GIZ) GmbH

Elaborado por Equipe GIZ em outubro 2017

Raquel Agra
Luciana Alves
Bruno Filizola
Manuela Reinhard
Fernanda Ferreira
Samuel Fonteneli

Sumário

1. Introdução – o Projeto TEEB Regional-Local.....	3
2. Relevância política do tema de SE	7
3. Construção de parcerias para a implementação do Projeto	12
3.1. Parceiros de Execução.....	12
3.2. Sinergias com outros projetos bilaterais da Cooperação Brasil-Alemanha.....	14
3.3. Parceria com outros projetos da GIZ	15
4. A comunicação no Projeto	17
5. Alcance dos indicadores e principais resultados até dezembro de 2016	20
6. Aprendizados da implementação do Projeto	22
7. Anexos.....	23
7.1. Parceiros e outros atores-chave apoiados pelo Projeto.....	23
7.2. Lista de publicações e materiais de divulgação do Projeto	24
7.3. Descrição do alcance dos indicadores do Projeto	26
7.3.1. Indicadores do Objetivo Geral	29
7.3.2. Indicadores do Objetivo Específico 1	31
7.3.3. Indicadores do Objetivo Específico 2	35
7.3.4. Indicadores do Objetivo Específico 3	38
7.3.5. Indicadores do Objetivo Específico 4.....	42
7.4. Empresas apoiadas pelo Projeto TEEB Regional-Local (por meio da TESE).....	43

1. Introdução – o Projeto TEEB Regional-Local

O “*Projeto TEEB Regional-Local: Conservação da Biodiversidade através da Integração de Serviços Ecosistêmicos em Políticas Públicas e na Atuação Empresarial*” (designado por Projeto TEEB Regional-Local ou TEEB R – L nesse documento) é um projeto da **cooperação Brasil-Alemanha** aprovado durante as negociações intergovernamentais de 2011 entre ambos os países, como resultado dos compromissos assumidos conjuntamente relativos à conservação da biodiversidade e ao enfrentamento da mudança do clima.

A concepção do projeto foi influenciada principalmente pela Convenção da Diversidade Biológica (CDB) e pelos resultados da COP10 de Nagóia, onde a proposta de consideração do valor dos serviços ecossistêmicos nas tomadas de decisão teve bastante visibilidade por meio do lançamento dos relatórios principais da iniciativa global de TEEB (*The Economics of Ecosystems and Biodiversity*, em português: Economia dos Ecossistemas e da Biodiversidade)¹ voltados para os diferentes públicos, desde tomadores de decisão do setor governamental até a comunidade empresarial, comunidades locais e cidadãos em geral. Além disso, a implementação de iniciativas nacionais ligadas a TEEB se tornou um compromisso internacional no âmbito da CDB e das Metas de Aichi, e um compromisso nacional brasileiro relacionado às Metas Nacionais de Biodiversidade. Com uma economia nacional fortemente dependente do capital natural, era particularmente importante para o Brasil entender, reconhecer e capturar o valor dos serviços ecossistêmicos e da biodiversidade para ajudar os tomadores de decisão na definição de estratégias e prioridades nacionais². A agenda de serviços ecossistêmicos surgiu, assim, como uma agenda positiva mobilizadora quer do setor público quer do setor empresarial.

Motivações para a Cooperação Brasil-Alemanha na temática do Projeto TEEB Regional-Local

- O Brasil é um dos países com maior capital natural do mundo. Este capital natural e os serviços ecossistêmicos (SE) a ele vinculados, como o abastecimento de água, a polinização de culturas ou a proteção contra eventos climáticos extremos, são de grande importância para a economia brasileira (em particular para a resiliência de setores econômicos como o agropecuário, energético, pesqueiro e florestal), como também para o equilíbrio ecológico e para o bem-estar das sociedades em nível nacional e global.
- Existem poucos exemplos práticos de implementação e de diálogo estruturado entre as diversas instituições e níveis de governo sobre a integração de SE em políticas públicas e no setor empresarial.
- O Brasil é parceiro histórico da Alemanha em diversos temas, em especial na conservação da natureza nos últimos anos, e ambos reconhecem a importância de trabalhar conjuntamente em enfoques criativos (como o enfoque de serviços ecossistêmicos) para alcançar efeitos relevantes na conservação da natureza, com destaque para as Metas de Aichi, especialmente as metas 1 a 4, relacionadas com o conhecimento dos valores da biodiversidade pela sociedade e das medidas que poderão ser tomadas para conservá-la e utilizá-la de forma sustentável (Meta 1), com a necessidade de integração dos valores da biodiversidade em estratégias nacionais e locais de desenvolvimento (Meta 2), com o desenvolvimento de incentivos positivos para a biodiversidade e de redução dos incentivos nocivos (Meta 3) e de governos, setor empresarial e grupos de interesse em todos os níveis tomarem medidas ou implementarem planos para produção e consumo sustentáveis e restringindo os impactos da utilização de recursos naturais dentro de limites ecológicos seguros (Meta 4).
- São cada vez mais necessárias agendas positivas que estimulem a parceria entre o governo e o setor empresarial brasileiros em prol do alcance das metas de conservação e proteção dos ecossistemas e espécies brasileiras.

¹ Iniciativa Global de TEEB – The Economics of Ecosystems and Biodiversity (www.teebweb.org)

² Informações do 5º Relatório Nacional para a CDB (Disponível em: <http://www.mma.gov.br/publicacoes/biodiversidade/category/142-serie-biodiversidade?download=1212:relat%C3%B3rio-nacional-para-a-conven%C3%A7%C3%A3o-sobre-diversidade-biol%C3%B3gica>)

O Projeto TEEB Regional-Local, iniciado formalmente em agosto de 2012, é coordenado pelo **Ministério do Meio Ambiente (MMA)** e conta com a parceria da **Confederação Nacional da Indústria (CNI)**. O Ministério Federal do Meio Ambiente, Conservação da Natureza, Construção e Segurança Nuclear (BMUB) da Alemanha apoia a execução do Projeto por meio da **Deutsche Gesellschaft für Internationale Zusammenarbeit (GIZ) GmbH**. Em termos de execução, o projeto é implementado pela Secretaria de Biodiversidade (SBio), por meio do seu Departamento de Conservação de Ecossistemas (DECO), no caso do MMA, por meio da Área Temática de Biodiversidade da Gerência Executiva de Meio Ambiente e Sustentabilidade (GEMAS), no caso da CNI, e pela GIZ, pelo lado alemão.

Com **duração** inicialmente prevista até outubro de 2016, os parceiros do lado brasileiro conseguiram aprovar, junto ao Governo Alemão, uma extensão de sua duração até maio de 2019 por meio da inclusão de um **novo componente**, voltado para apoiar o processo de elaboração de **contas econômicas ambientais** no País, e de um novo parceiro, o **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)**, além de novos parceiros de execução, como é o caso da Secretaria de Recursos Hídricos e Qualidade Ambiental (SRHQ/MMA) e da Agência Nacional de Águas (ANA).

São **objetivos** do projeto identificar e destacar os benefícios resultantes da conservação e do uso sustentável da Biodiversidade e dos Serviços Ecossistêmicos (BSE) no Brasil e os custos associados à sua perda, bem como integrar a BSE em processos de tomada de decisão por parte de atores públicos e de empresas. Em termos de **estrutura**, o projeto está organizado em **quatro componentes**: (1) integração de SE no desenvolvimento de políticas e estratégias em nível nacional; (2) integração de SE em processos prioritários de desenvolvimento regional e local; (3) integração de SE na gestão de pequenas e médias empresas; e (4) apoio no desenvolvimento de Contas Econômicas Ambientais.

Com atuação nos biomas **Amazônia, Mata Atlântica e Cerrado**, o foco do Projeto está no fomento de exemplos concretos de implementação em nível local, regional e federal, disponibilizando modelos para a integração do valor da biodiversidade e dos ecossistemas nos processos de planejamento e elaboração de políticas públicas e fortalecendo o diálogo entre atores públicos e privados. O projeto atua por meio da identificação de processos em curso (ex. Políticas públicas, planos, programas, instrumentos e processos e estratégias de gestão empresarial) nos três níveis onde possa contribuir com abordagens inovadoras para a valoração e conservação da biodiversidade e SE com vistas a subsidiar a tomada de decisão.

Parcerias com os tomadores de decisão nos níveis federal, regional e local, sejam eles outros órgãos do governo federal, governos estaduais e municipais, bem como representantes do setor empresarial, têm permitido uma estrutura conjunta de implementação do projeto. Destacam-se, assim, alguns parceiros no nível nacional e federal do Projeto TEEB Regional-Local como o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), o Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais (IBAMA), a Embrapa-Amapá, outras secretarias do MMA além da Secretaria de Biodiversidade (SBio), como a SRHQ e a Secretaria de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável (SEDR) e a Associação Nacional de Órgãos Municipais de Meio Ambiente (ANAMMA).

No nível regional-local destacam-se principalmente os Órgãos Estaduais de Meio Ambiente e as Federações Estaduais das Indústrias. Até à data de elaboração deste relatório, o Projeto tem em curso parcerias com as seguintes organizações estaduais de meio ambiente: Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Recursos Hídricos do Distrito Federal (SEMA-DF), Instituto de Mudanças Climáticas do Governo do Acre (IMC), Secretaria de Meio Ambiente do Estado de São Paulo (SMA-SP), Secretaria do Meio Ambiente e Recursos Hídricos do Estado do Paraná (SEMA-PR) e Secretaria de Estado do Desenvolvimento Ambiental do Estado de Rondônia (SEDAM-RO). No que diz respeito às Federações Estaduais das Indústrias, o Projeto trabalha atualmente em parceria com as Federações dos Estados do Amazonas (FIEAM), Acre (FIEAC), Bahia (FIEB), Goiás (FIEG), Minas Gerais (FIEMG), Paraná (FIEP) e Rio de Janeiro (FIRJAN). Com relação ao nível municipal salienta-se a parceria com a Secretaria de Planejamento, Habitação e Urbanismo de Duque de Caxias (RJ). Além disso, são envolvidas instituições de pesquisa e atores da sociedade civil que influenciam a elaboração de políticas sobre clima, ecossistemas e biodiversidade e que acompanham foros de diálogo intersetorial. Destaca-se, aqui, a parceria com a Fundação Getúlio Vargas (FGV-EAESP), por meio do seu Centro de Estudos em Sustentabilidade (GVces) e ainda as parcerias com organizações não-governamentais como a Forest Trends, a Fundação Grupo Boticário de Proteção à Natureza e a The Nature Conservancy – TNC do

Brasil. No que diz respeito especificamente ao quarto componente, o projeto trabalha em estreita articulação com o Comitê das Contas Econômicas Ambientais da Água, instituído pela Portaria Interministerial nº 236, de 30 de maio de 2012, composto por representantes da ANA, IBGE (Diretorias de Pesquisas e de Geociências) e SRHQ/MMA.

De uma maneira geral, o Projeto TEEB Regional-Local está alinhado com a abordagem proposta pela Iniciativa global da Economia dos Ecossistemas e da Biodiversidade – TEEB (www.teebweb.org), de reconhecer, demonstrar e integrar o valor dos SE na tomada de decisão. O Projeto busca uma estratégia de atuação que traga resultados relativos à abordagem.

O Projeto TEEB Regional-Local é uma das iniciativas do MMA em articulação com o setor empresarial, com o objetivo de colocar em prática uma atuação conjunta e coordenada em prol da conservação da BSE e, conseqüentemente, do alcance das Metas Nacionais de Biodiversidade. Além do Projeto TEEB Regional-Local, o MMA tem outras articulações³ com o setor empresarial, tais como o Projeto “MATO-PIBA 2020 – Vanguarda para um Futuro Produtivo e Sustentável”, uma parceria com a Fundação Brasileira para o Desenvolvimento Sustentável (FBDS) para o diagnóstico da situação das áreas de preservação permanente (APPs) no Brasil e um diálogo com a Indústria Brasileira de Árvores (IBÁ) sobre a cooperação em temas relacionados a estruturação de serviços para regularização ambiental e a sistematização e apresentação dos dados de biodiversidade do setor de florestas plantadas.

Estratégia de atuação geral do Projeto TEEB Regional-Local

CONHECENDO PARA MELHOR GERENCIAR:

- A sensibilização e o desenvolvimento de capacidades nos temas de BSE e ISE (Abordagem de Integração de Serviços Ecossistêmicos ao Planejamento) de atores-chave nos setores público e empresarial mostra novas perspectivas sobre a conservação da natureza.
- A sistematização e a adequação de métodos e ferramentas para levar em conta o capital natural contribuem para tomadas de decisão mais robustas e são exemplos para outras iniciativas.

RETIRE MENOS E GANHE MAIS:

- A gestão do território conhecendo o valor (econômico e/ou não-econômico) da BSE e as relações de impactos e dependências das atividades econômicas sobre esta BSE garantem a manutenção dos recursos e a redução das perdas.
- O setor empresarial passa a contar com ferramentas para reconhecer os riscos e as oportunidades relacionadas ao capital natural e usa informações sobre as externalidades ambientais para melhorar a sua produtividade e, simultaneamente, a sua performance ambiental e social.

INTEGRAÇÃO É O CAMINHO:

- O projeto conecta iniciativas, coalizões e parcerias para trabalhar o enfoque de serviços ecossistêmicos e promover a sua inserção nas várias agendas setoriais, tanto no setor público quanto no setor empresarial.

³ Informações constantes da EPANB – Estratégia e Plano de Ação Nacionais para a Biodiversidade 2016 – 2020 (http://www.mma.gov.br/images/arquivo/80049/EPANB/EPANB_08-09-17.pdf)

Estratégia específica no contexto do setor público

- ✓ Desenvolvimento e disseminação de conhecimento e capacidades sobre SE, abordagem ISE e métodos para integração de SE em políticas e no planejamento;
- ✓ Assessoria técnica a casos-piloto em estados e municípios de como integrar o valor de SE no planejamento do território, em processos de gestão e no desenho de políticas e instrumentos económicos;
- ✓ Identificação de oportunidades e de pontos de entrada para a integração de SE;
- ✓ Comunicação do valor dos SE e de informações
- ✓ Transversalização do tema de SE nas agendas públicas setoriais;
- ✓ Desenvolvimento de políticas públicas, planos, programas e estratégias de desenvolvimento mais sustentáveis.

Estratégia específica no contexto do setor empresarial

- ✓ Desenvolvimento e adequação de métodos e ferramentas;
- ✓ Disseminação de conhecimento e desenvolvimento de capacidades sobre SE e a relação com os negócios
- ✓ Engajamento das Federações Estaduais das Indústrias e de empresas;
- ✓ Aplicação dos métodos e procedimentos em empresas-piloto;
- ✓ Inserção/ consolidação do tema de biodiversidade e SE na agenda do setor industrial;
- ✓ Incorporação do capital natural na tomada de decisão de negócios.

2. Relevância política do tema de SE

De acordo com o 5º Relatório Nacional para a Convenção da Diversidade Biológica, publicado em 2016, o MMA empreendeu, nos últimos anos, iniciativas relevantes no tema de SE (citado no documento como bens e serviços ambientais). A definição das **áreas e ações prioritárias para a conservação e o uso sustentável da biodiversidade brasileira**, a contemplação de programas para a conservação do meio ambiente inclusive mediante o pagamento por serviços ambientais (PSA) no Capítulo X, Art. 41 da Lei da Vegetação Nativa (Lei nº 12.651/2012) e o instrumento de **Cotas de Reserva Ambiental (CRA)**, previsto na mesma Lei, bem como a implementação do Programa Bolsa Verde de Apoio à Conservação Ambiental (criado pela Lei nº 12.512/2011), são alguns exemplos. Ao nível de projetos, o MMA também implementou, numa parceria com a FAO, o projeto “**Abordagem Ecosistêmica para a Conservação e Manejo de Polinizadores para uma Agricultura Sustentável**”, que buscou gerar informações sobre os serviços de polinização, sensibilizar o setor agrícola e promover práticas de uso da terra que promovam a conservação dos ecossistemas que suportam os polinizadores. Além disso, é de destacar o **Programa Produtor de Água**, da responsabilidade da Agência Nacional de Águas (ANA), uma iniciativa voluntária com foco em beneficiar produtores rurais que adotem práticas de conservação em suas propriedades com o objetivo de conservar os recursos de solo e água.

Ainda de acordo com o mesmo Relatório e no que diz respeito, especificamente, à vontade de empreender uma iniciativa nacional de TEEB manifestada pelo Governo Brasileiro na COP da CDB de Nagoia, ela se concretizou ainda nesse ano, através de uma iniciativa liderada pelo MMA. Essa iniciativa nacional para demonstrar o valor dos recursos naturais brasileiros e sua relação fundamental com a economia nacional foi denominada de **TEEB Brasil** (mais tarde denominada de **Iniciativa Capital Natural do Brasil ou EEB Brasil - Economia dos Ecossistemas e da Biodiversidade**), e resultou de um esforço conjunto do MMA com o Ministério da Fazenda (MF), o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), a Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República (SAE-PR), o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA), a Confederação Nacional da Indústria (CNI), a Conservação Internacional do Brasil (CI) e a Cooperação Técnica Alemã (GIZ). Mais tarde, em 2013, o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI) integrou também a iniciativa.

A iniciativa EEB Brasil tinha os objetivos de: (i) identificar e destacar os benefícios da conservação e do uso sustentável dos serviços prestados pela biodiversidade e pelos ecossistemas nacionais, bem como estimar os custos de sua perda; (ii) promover a integração da economia dos ecossistemas e da biodiversidade nos processos de tomada de decisão em diferentes níveis, para que as decisões possam levar ao uso sustentável dos recursos naturais; e (iii) influenciar a implementação de políticas públicas e instrumentos de gestão, bem como mudanças de comportamento para garantir o fornecimento dos recursos naturais no longo prazo. Três componentes inter-relacionados integravam essa iniciativa brasileira: (i) componente de políticas nacionais (TEEB Políticas Nacionais); (ii) componente regional-local, de promoção da internalização do valor dos serviços ecossistêmicos nos processos de tomada de decisão em nível regional-local (operacionalizado pela implementação do Projeto TEEB Regional-Local); e (iii) componente de negócios, de avaliação dos riscos e custos da perda de biodiversidade para o setor empresarial (operacionalizado pelo Projeto TEEB para o Setor de Negócios Brasileiro, conduzido pela Conservação Internacional – CI e complementado pelo componente empresarial do Projeto TEEB Regional-Local). A governança da Iniciativa, que não chegou a ser formalizada, englobava uma Comissão de Coordenação responsável pelo planejamento, coordenação e validação do trabalho e dos resultados nos três componentes, e um Grupo de Trabalho (GT), responsável pela coordenação técnica e metodológica, bem como pelo monitoramento dos resultados do TEEB Políticas Nacionais (Figura 1).

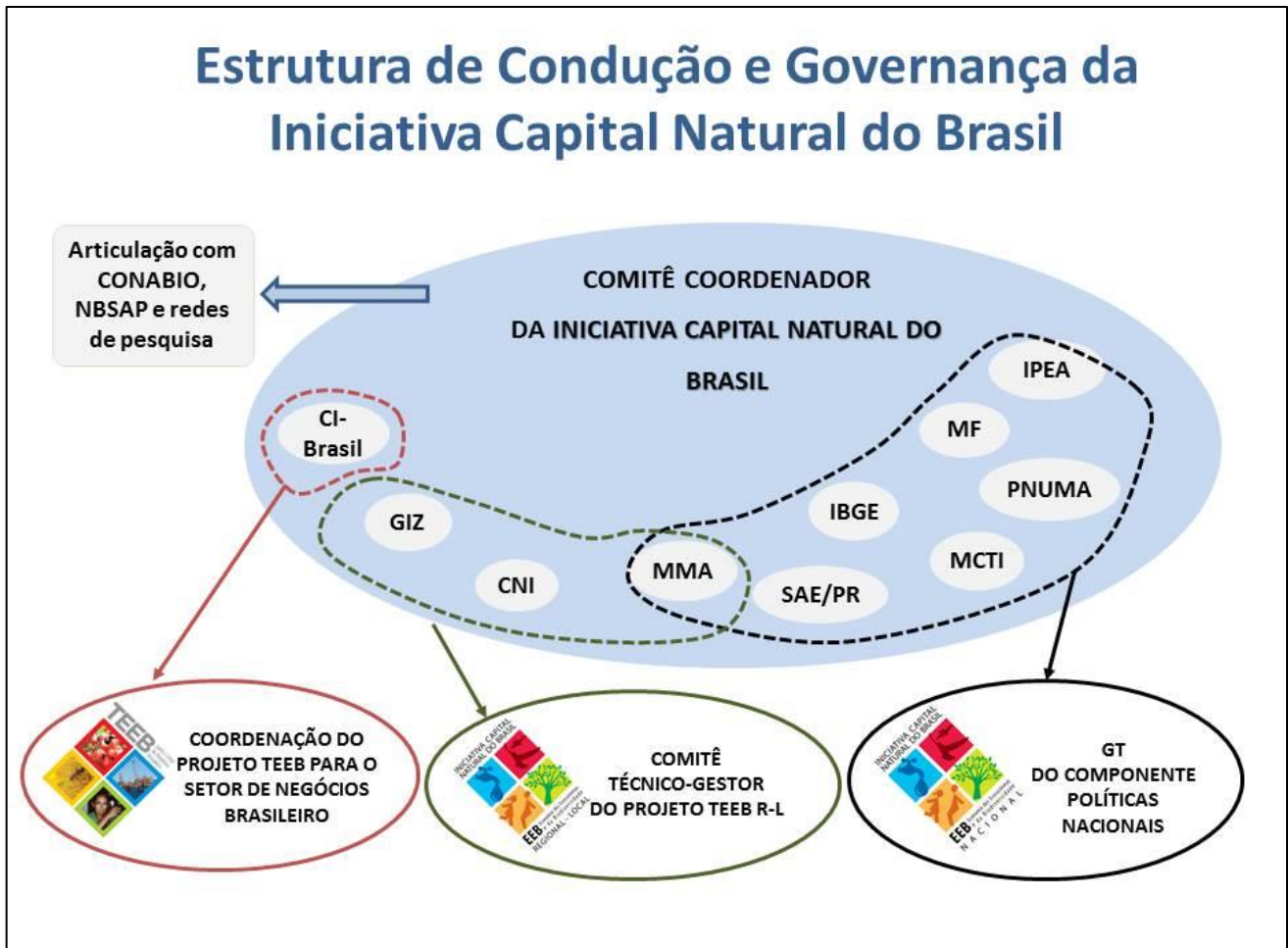


Figura 1 – A estrutura de governança da iniciativa EEB Brasil (Iniciativa Capital Natural do Brasil)

Entre 2013 e 2014, o MMA e parceiros promoveram diálogos amplos para desenvolver ainda mais o escopo e os aspectos institucionais da iniciativa EEB Brasil. Devido aos desafios de articulação em nível nacional entre os atores políticos responsáveis pelo desenvolvimento de políticas e estratégias que influenciam (ou são influenciadas pela) a condição dos ecossistemas e de engajamento dos tomadores de decisão, o MMA acabou por adotar uma estratégia diferente de implementação da EEB Brasil a partir do final de 2014, mais assente na realização de algumas ações de forma independente, porém coordenada, para assegurar a complementaridade dos resultados.

Tabela 1 – Progresso de dois dos três componentes da iniciativa Capital Natural do Brasil (EEB Brasil)

Projeto TEEB para o Setor de Negócios Brasileiro	Componente TEEB Políticas Nacionais
<p>♦ Outubro de 2011: início do Projeto coordenado pela ONG Conservação Internacional (CI) e que conta com patrocínio das empresas Vale, Monsanto, Natura e Santander e apoio do Centro de Monitoramento da Conservação Mundial do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (UNEP-WCMC, na sigla em inglês) e da Confederação Nacional da Indústria (CNI). Seu principal objetivo era revelar e destacar os benefícios econômicos de iniciativas empresariais que favoreçam a conservação da biodiversidade e a manutenção dos serviços ecossistêmicos, uma vez que todos os empreendimentos dependem em algum grau da prestação de SE (energia, água, matérias-primas, clima estável, fertilidade do solo, polinizadores, etc.). O componente buscou demonstrar que a integração de considerações sobre os recursos naturais no processo de tomada de decisão sobre investimentos não só auxilia as empresas a fazer as melhores escolhas para melhorar a produção, mas também traz resiliência para as empresas.</p> <p>♦ Março de 2014: Finalização do Projeto com a publicação dos resultados de um estudo inédito que fez uma comparação do valor ambiental das diferentes práticas agrícolas na produção de óleo de palma (dendê) e soja. Essa avaliação foi baseada em estudos-pilotos realizados em plantações no Brasil pelas empresas Natura Cosméticos S.A. e Monsanto (produtos agrícolas). No caso da Natura, o valor ambiental associado a um único cultivo, ou a monocultura do óleo de palma (azeite de dendê), foi comparado a sistemas agroflorestais, em que o cultivo fica integrado com árvores e outras culturas, como o maracujá. Já na Monsanto, a monocultura da soja foi comparada com uma mistura de 80% de soja com 20% de floresta nativa do Cerrado. A metodologia utilizada para calcular o valor ambiental compreendeu a identificação e a quantificação dos impactos ambientais relevantes e dos serviços ecossistêmicos associados à produção de monocultura e à produção de sistemas agroflorestais. A avaliação baseou-se num misto de dados primários fornecidos pela Natura e pela Monsanto, e a estimativas geradas por um modelo econométrico de insumo-produto. Em ambos os casos, os resultados comprovaram que a conservação do capital natural é um “bom negócio”. O estudo pode ser consultado aqui: http://www.mma.gov.br/publicacoes/biodiversidade/category/143-economia-dos-ecossistemas-e-da-biodiversidade?download=1083:teeb-para-o-setor-de-neg%C3%B3cios-brasileiro-%E2%80%93-relat%C3%B3rio-final</p>	<p>♦ Dezembro de 2012: o GT (com o auxílio do PNUMA) discutiu as possíveis abordagens para integrar o valor dos SE nos processos de tomada de decisão e uma proposta de escopo foi definida.</p> <p>♦ Fevereiro de 2013: a proposta de escopo foi apresentada ao Secretário Executivo do MMA, que recomendou ajustes à proposta entregue.</p> <p>♦ Maio de 2013: o Ministério da Fazenda apresentou uma proposta de escopo na Ilha de Vilm na Alemanha.</p> <p>♦ Julho de 2013: o GT definiu 10 temas potenciais a serem abordados pelo TEEB Políticas Nacionais. Esses temas envolvem: o desenvolvimento de instrumentos econômicos (uso das compras públicas para promover cadeias produtivas sustentáveis; incentivos econômicos e fiscais e desincentivos relacionados às políticas ambientais; contas nacionais ambientais para florestas e água; economia da restauração ecológica; contribuições econômicas do setor de água e do setor hidrelétrico para unidades de conservação); e estudos de impacto (os impactos dos setores de energia, agricultura e pesca sobre os SE e sua dependência desses mesmos serviços; licenciamento ambiental; e produção de um mapa dos SE em nível nacional).</p> <p>♦ Novembro de 2013: contratação de uma consultoria pelo Projeto TEEB Regional-Local (Peter H. May e Pablo del Arco) para: enquadrar os 10 temas no âmbito dos setores/áreas temáticas relevantes do PPA 2012-2015; caracterizar os temas; assessorar o processo de priorização dos temas elencados; aprofundar os temas priorizados; e elaborar recomendações e orientações para estruturar o documento de escopo.</p> <p>♦ Fevereiro de 2014: uma oficina do GT, com o apoio do Projeto TEEB Regional-Local, elegeu quatro dentre os 10 temas como prioridades a serem abordadas: (i) promoção de cadeias de produção sustentáveis por meio do uso do poder de compra do Estado; (ii) economia da restauração ecológica; (iii) impactos do setor agrícola nos serviços ecossistêmicos e sua dependência desses serviços; e (iv) mapa dos serviços ecossistêmicos.</p> <p>♦ Abril de 2014: uma reunião do GT foi realizada, onde foi apresentado o detalhamento dos 4 temas</p> <p>♦ Agosto de 2014: o escopo do TEEB Políticas Nacionais foi apresentado pela consultoria, com um plano de trabalho para esses temas prioritários (incluindo as ações e produtos esperados para cada tema) e validado. Uma fase de engajamento dos atores estratégicos foi planejada.</p>

Para maiores informações sobre a atividade do TEEB Brasil/Iniciativa Capital Natural do Brasil, consultar também o “Relatório Interno – Iniciativa TEEB Brasil”⁴.

⁴ Disponível em: <http://www.mma.gov.br/publicacoes/biodiversidade/category/143-economia-dos-ecossistemas-e-da-biodiversidade?download=983:relatorio-interno-iniciativa-teeb-brasil>

Em 2013, o Governo Brasileiro participou da primeira edição da iniciativa “**Diálogos Brasil-Índia-Alemanha sobre TEEB**” promovida com o apoio da GIZ (1ª edição dos diálogos “*TEEB Dialogue*”), que decorreu em setembro, em Berlim, na Alemanha, levando os primeiros resultados da iniciativa EEB no Brasil. A 2ª edição dos Diálogos aconteceu em maio de 2014 em Brasília. A iniciativa Capital Natural do Brasil (EEB Brasil), por meio da implementação do Projeto TEEB Regional-Local, organizou esse evento (de 05 a 07 de maio), que promoveu uma discussão técnica entre as delegações convidadas sobre as lições aprendidas, as vias possíveis para promover a integração dos valores da biodiversidade e dos ecossistemas nas políticas públicas e do setor empresarial, e a contribuição das iniciativas nacionais de TEEB para o cumprimento das metas da CDB. Também em 2014 foi organizado, no contexto do Projeto TEEB Regional-Local, o Workshop Internacional sobre Empresas e o Capital Natural (de 07 a 09 de maio), que foi um evento de participação aberta, para fortalecer a cooperação entre o governo, o setor empresarial, o setor acadêmico e a sociedade civil, de forma a alcançar os objetivos da CDB. Em 2015 o governo brasileiro participou da 3ª edição dos Diálogos Brasil-Índia-Alemanha sobre TEEB, que se realizou em Goa, na Índia, onde participaram mais quatro delegações de iniciativas TEEB apoiadas pela UNEP: Butão, Tanzânia, África do Sul e Filipinas. Nessa 3ª edição ficou definido (entre os três países) que a realização da 4ª edição ocorreria, com um formato diferente, na COP13 da CDB.

Em 2016, o tema **Mainstreaming da Biodiversidade e Serviços Ecossistêmicos (SE)** para o bem-estar humano recebeu um destaque especial do Governo brasileiro. Em dezembro do mesmo ano, na esfera internacional, esse foi um tema central da COP 13 da Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB) e representa, no Brasil, as bases do Projeto **Corredores Ecológicos da América Latina**, em construção, em 2016, pelo MMA. Esse Projeto visa conduzir a gestão da paisagem, por meio do ordenamento de áreas de florestais em áreas privadas, de maneira a assegurar a desejada conectividade com as áreas públicas protegidas, tudo em harmonia com a atividade agrícola e de exploração florestal, integrando questões de clima, água e florestas. O **Projeto Corredores Ecológicos** da América Latina nasceu como uma iniciativa do Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo (IEA/USP), idealizado para ser executado em conjunto com diversas instituições e parceiros da sociedade civil e esfera governamental dos diferentes países latino-americanos⁵. Também na COP13 o Governo Brasileiro, por meio do Ministério do Meio Ambiente do Brasil (MMA) e o apoio do Projeto TEEB Regional-Local, e em parceria com o Ministério do Meio Ambiente, Florestas e Mudanças Climáticas do Clima da Índia (MoEFCC), a Cooperação Alemã para o Desenvolvimento Sustentável (GIZ), o Centro Helmholtz de Pesquisas Ambientais (UFZ) e com o apoio do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA/UNEP), organizou a 4ª edição dos Diálogos Brasil-Índia-Alemanha sobre TEEB, no formato de side-event (“International cooperation and exchange for biodiversity conservation: Dialogue on National TEEB Implementation”)⁶.

Em 2016 o Brasil também avançou com a **Iniciativa de Financiamento da Biodiversidade (BIOFIN)**. Com ajuda da parceria global, o Brasil está promovendo estratégias de mobilização de recursos financeiros, visando garantir a implementação das Estratégias Nacionais e Planos de Ação, e alcançar as metas nacionais para a biodiversidade. Destaca-se também a criação recente, em âmbito nacional, da **Plataforma Brasileira sobre Biodiversidade e Serviços Ecossistêmicos – BPBES**, enquadrada como um Grupo de Trabalho da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência – SBPC - e que conta com o apoio do MCTI/CNPq, do Programa Biota/Fapesp e da Fundação Brasileira para o Desenvolvimento Sustentável - FBDS. Inspirada pelo marco conceitual da Plataforma Intergovernamental de Biodiversidade e Serviços Ecossistêmicos -IPBES no que tange os diagnósticos regionais sobre o estado atual da biodiversidade e serviços ecossistêmicos, a plataforma brasileira tem como objetivo produzir informações relevantes sobre BSE do Brasil, para que possa ser utilizada na formulação de políticas públicas e de estratégias empresariais. Com relação a uma política ou estratégia nacional de Pagamento por Serviços Ambientais (PSA), vêm tramitando no Congresso Nacional vários Projetos de Lei (PL) especificamente relacionados ao PSA e outros com assuntos diretamente relacionados. Tantas proposições e respectivas revisões (nos Comitês Permanentes) dos PLs confirmam que o tema continuou ganhando força no âmbito do legislativo federal.

⁵ Informações constantes da EPANB (http://www.mma.gov.br/images/arquivo/80049/EPANB/EPANB_08-09-17.pdf)

⁶ <http://mma.gov.br/index.php/comunicacao/agencia-informma?view=blog&id=2052> / <https://www.cbd.int/side-events/2074>

No nível regional-local, nomeadamente no nível de estados e de alguns municípios, a agenda de serviços ecossistêmicos está presente, por meio do desenvolvimento de instrumentos econômicos que promovem a conservação de ecossistemas provedores destes serviços. É o caso de vários marcos legais de PSA associados a serviços hidrológicos e à promoção de Reservas Particulares do Patrimônio Natural (RPPNs), ou o Bolsa Floresta, por exemplo, que é uma iniciativa pioneira e inovadora que envolve o pagamento por serviços ambientais no estado do Amazonas e vem, desde 2007, recompensando e melhorando a qualidade de vida das comunidades tradicionais que vivem não apenas dentro da floresta, mas também tiram seu sustento dela, e estão comprometidas com a redução do desmatamento. Outro exemplo é o caso do estado de São Paulo, que promoveu o desenvolvimento de uma iniciativa estadual – o TEEB São Paulo – que realizou um estudo na Bacia do Paraíba do Sul que demonstrou a importância da valoração econômica dos serviços ecossistêmicos para comprovar os benefícios econômicos e sociais de sua manutenção e trouxe algumas propostas de políticas públicas para promover a conservação dos ecossistemas provedores na bacia.

Outras iniciativas foram ou estão sendo implementadas por parcerias do setor empresarial e/ou por instituições de pesquisa para colaborar com o trabalho de valoração e integração dos serviços ecossistêmicos no planejamento e em atividades do setor empresarial. É o caso da “**Parceria Empresarial pelos Serviços Ecossistêmicos – PESE**”⁷, realizada pelo Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável (CEBDS), GVces (Centro de Estudos em Sustentabilidade da Fundação Getúlio Vargas) e o WRI (World Resources Institute), com o suporte da USAID (Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional). O programa buscou capacitar as empresas para utilização da *Ecosystem Services Review* (ESR), ferramenta que avalia o impacto e a dependência da atividade produtiva sobre os recursos naturais (água doce, madeira, clima, alimento, medicamentos e outros). Outro exemplo é a iniciativa “**Tendências Empresariais em Serviços Ecossistêmicos – TeSE**”⁸, criada pelo GVces no ano de 2013, da qual o Projeto TEEB R-L é parceiro desde 2014, com o objetivo de desenvolver estratégias e ferramentas destinadas à gestão empresarial de impactos, dependências, riscos e oportunidades relacionados a serviços ecossistêmicos. Mais especificamente, a iniciativa busca contribuir para o MRV de serviços ecossistêmicos, ou seja: mensuração (nas dimensões física e monetária), relato e verificação.

O CEBDS é membro da **Natural Capital Coalition**⁹, uma colaboração mundial única e multipartidária que reúne cerca de 250 organizações líderes mundiais, iniciativas e organizações que possuem uma visão compartilhada de um mundo onde o negócio conserva e melhora o capital natural. O CEBDS atua em seus grupos focais de trabalho e acompanhou todo o processo de elaboração do Protocolo de Capital Natural junto ao *World Business Council for Sustainable Development (WBCSD)*. Empresas associadas ao CEBDS se envolveram em testes do Protocolo, entre elas Natura, Eletrobrás, CPFL, Votorantim e Amaggi.

Com relação ao setor financeiro, o ano de 2015 assinalou a primeira participação da Federação Brasileira de Bancos (Febraban) numa conferência do clima (COP 21 em Paris), o que é um indicador de que os bancos brasileiros estão engajados na proposição de negócios para mitigação e adaptação às mudanças climáticas e nas oportunidades que esse novo mercado vai trazer para o Brasil. Nessa conferência a Febraban evidenciou que os dez maiores bancos do país tinham, até ao final de 2014, quase 10% (US\$ 65 bilhões) da carteira de crédito corporativo destinados a setores da economia verde, além de evidenciar o engajamento dos bancos em contribuir com a implementação das políticas governamentais, nomeadamente o CAR e o Plano ABC e a ampliação do mercado dos “green bonds”, títulos de dívida de destinação específica na área ambiental. Também foram apresentadas ações relativas à concessão de crédito, nomeadamente procedimentos de gestão de riscos socioambientais praticados pelas instituições financeiras, com a inclusão, nos contratos de financiamento, de dispositivos obrigando tomadores de empréstimos a adotar boas práticas trabalhistas e ambientais para ter direito a crédito.

⁷ <http://cebds.org/projetos/parceria-empresarial-pelos-servicos-ecossistemicos/#.WcwRaMZv-po>

⁸ <http://www.tendenciasemse.com.br/>

⁹ <https://naturalcapitalcoalition.org/>

3. Construção de parcerias para a implementação do Projeto

3.1. Parceiros de Execução

Parceiros – setor público (governo federal) e associações setoriais no nível nacional

No contexto do Ministério do Meio Ambiente, o projeto tem tido, ao longo de sua implementação, os seguintes Departamentos como parceiros de execução, além do próprio Departamento de Conservação de Ecossistemas (DECO):

- Departamento de Zoneamento Territorial da Secretaria de Recursos Hídricos e Qualidade Ambiental (DZT/SRHQ) – no contexto da integração do enfoque de SE a instrumentos de planejamento/ordenamento territorial;
- Departamento de Recursos Hídricos (DRH/SRHQ) – no contexto das contas econômicas ambientais de água;
- Departamento de Áreas Protegidas da Secretaria de Biodiversidade (DAP/SBio) – no contexto da integração do enfoque de SE no planejamento de UCs, na comunicação do SNUC e na regulamentação dos artigos 47 e 48;
- Antigo Departamento de Prevenção e Controle do Desmatamento da Secretaria de Mudança do Clima e Florestas (SMCF) – no contexto do instrumento de CRAs e modelagem de políticas públicas para implementação do Código Florestal;
- Departamento de Educação Ambiental da Secretaria de Articulação Institucional e Cidadania Ambiental (DEA/SAIC) – na virtualização das capacitações do projeto;
- Assessoria de comunicação (ASCOM) – no contexto de iniciativas de comunicação do projeto e/ou do tema de SE.

Além do MMA, outros parceiros de execução do Projeto no governo federal são (ou foram):

- Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) – no contexto da integração do enfoque de SE no manejo de UCs;
- Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais (IBAMA) – no contexto do instrumento de conversão de multas ambientais;
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) – no contexto do tema de contas econômicas ambientais e no âmbito da iniciativa EEB Brasil;
- Serviço Florestal Brasileiro (SFB) – no contexto do instrumento de CRAs e modelagem de políticas públicas para implementação do Código Florestal;
- Agência Nacional de Águas (ANA) – no contexto do tema de contas econômicas ambientais
- Ministério da Fazenda – no contexto da discussão sobre CRAs e no âmbito da iniciativa EEB Brasil;
- Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI) – no âmbito da iniciativa EEB Brasil
- Antiga Secretaria de Articulação Institucional da Presidência da República (SAE/PR) - no âmbito da iniciativa EEB Brasil;
- Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) – no âmbito da iniciativa EEB Brasil;
- Antigo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG) – no âmbito da integração do enfoque de SE na construção do PPA Federal;
- Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) - Amapá – no âmbito dos trabalhos na Área de Proteção Ambiental (APA) da Fazendinha.

Em 2015 houve uma aproximação ao Ministério das Cidades (MCid) como mais um parceiro do setor público em nível federal para o tema serviços ecossistêmicos, mas a parceria não avançou para além de algumas articulações e de capacitação dada, pelo Projeto, a técnicos do MCid.

Em termos de associações setoriais no nível nacional, destaca-se a aproximação à Associação Nacional de Órgãos Municipais de Meio Ambiente (ANAMMA), no contexto da divulgação do Guia de PSA.

Parceiros – setor público (governos estaduais e municipais)

Até ao final de 2016, o Projeto avançou com a articulação ou contou com os seguintes parceiros de implementação:

- Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Recursos Hídricos do Distrito Federal (SEMA-DF);
- Instituto de Mudanças Climáticas do Governo do Acre (IMC);
- Secretaria de Meio Ambiente do Estado de São Paulo (SMA-SP);
- Secretaria do Meio Ambiente e Recursos Hídricos do Estado do Paraná (SEMA-PR);
- Secretaria de Estado do Desenvolvimento Ambiental do Estado de Rondônia (SEDAM-RO);
- Secretaria de Planejamento, Habitação e Urbanismo de Duque de Caxias (RJ).

Ao longo do Projeto, acordos de cooperação técnica chegaram a ser elaborados com os estados de Amazonas e Goiás, e um plano de atividades com o estado da Bahia e de uma proposta de temas para parceria com o estado do Tocantins, mas por dificuldades de articulação institucional não se avançou na concretização das parcerias:

- Secretaria de Desenvolvimento Sustentável do Amazonas;
- Secretaria de Meio Ambiente de Goiás;
- Secretaria de Meio Ambiente do Estado da Bahia;
- Instituto do Meio Ambiente e Recursos Hídricos da Bahia (INEMA);
- Universidade Federal do Sul da Bahia;
- Secretaria de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável do Tocantins (SEMADES).

Parceiros – setor empresarial

Além da Confederação Nacional da Indústria (CNI), o projeto estabeleceu parcerias com:

- Federações Estaduais das Indústrias dos estados do Amazonas, Acre, Goiás, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Paraná e Bahia
- Empresas de Pequeno, Médio Porte e Grande Porte de diversos setores
- Indiretamente, por meio da CNI, com a Iniciativa Brasileira de Negócios e Biodiversidade, composta pela CNI, CEBDS e Instituto Life.

A Confederação Nacional da Indústria (CNI), como Secretaria Executiva da Iniciativa Brasileira de Negócios e Biodiversidade - por sua vez, membro da Parceria Global de Negócios e Biodiversidade da CDB, teve o apoio do Projeto na elaboração da publicação „*Decisões da CDB e o Setor de Negócios*“¹⁰, em 2014.

No contexto do setor empresarial o projeto mantém, desde 2014, uma parceria com o Centro de Estudos em Sustentabilidade (GVces), da Fundação Getúlio Vargas (FGV-EAESP) no âmbito da Iniciativa Tendências em Serviços Ecossistêmicos (TeSE), e com o projeto Finanças Sustentáveis, dessa instituição.

Parceiros – terceiro setor e atores relevantes da cooperação internacional

No contexto da sociedade civil, o projeto mantém, desde 2015, uma parceria com o Instituto The Nature Conservancy e com a Fundação Grupo Boticário para o tema Políticas Públicas de PSA no nível regional-local. O projeto apoiou, no final de 2016, o Grupo de Pesquisa e Intercâmbios Tecnológicos (GRET, do francês Groupe de Recherche et d'Echanges Technologiques) no âmbito de seu Projeto “Apoio a Elaboração de uma Política de Gestão Sustentável da Floresta e da Biodiversidade do Estado do Amapá - Amazônia Brasileira” (Projeto GEFLO), por meio da diagramação da publicação “Subsídios para o

¹⁰ Disponível em: <http://www.mma.gov.br/publicacoes/biodiversidade/category/143-economia-dos-ecossistemas-da-biodiversidade?download=1088:decis%C3%B5es-da-cdb-e-o-setor-de-neg%C3%B3cios>

desenvolvimento econômico a partir do conhecimento sobre Serviços Ecossistêmicos e a Biodiversidade na FLOTA Amapá”.

Outros parceiros de implementação foram (ou são):

- Fundo Brasileiro para a Biodiversidade (FUNBIO) – no âmbito do apoio ao Governo do Brasil na preparação de sua participação na Conferência da ONU COP 13, no México, em 2016
- Programa Ambiental da Nações Unidas (UNEP): No Brasil a UNEP apoia o Ministério do Meio Ambiente MMA sobre temas de TEEB no âmbito de um diálogo político complementar à assessoria prestada pelo projeto. Cabe à integração em rede de diferentes abordagens e experiências um papel importante como plataforma de comunicação e intercâmbio de lições aprendidas entre os parceiros.
- IUCN (*International Union for Conservation of Nature*): Organização e assessoria técnica conjunta de um workshop para a elaboração dos Indicadores das metas de Aichi 1 a 4 da estratégia nacional de biodiversidade no âmbito do PainelBio.
- *Forest Trends*: Colaboração na disseminação e assessoria de mecanismos de incentivo econômico para Pagamento por Serviços Ambientais (PSA) no Brasil, publicação de um artigo técnico bem como a estruturação de uma agenda de trabalho conjunta sobre esta temática.
- União para o Biocomércio Ético (UEBT) – no âmbito do Barômetro da Biodiversidade.
- Planeta Orgânico – no apoio técnico à organização de eventos sobre a temática.

Ao longo do Projeto, chegou a haver a solicitação de apoio por parte do Instituto Life para adaptação da Metodologia LIFE para o setor primário e uma possível valoração das ações identificadas como externalidades positivas nos planos de ação a serem realizados após aplicação da metodologia, mas a cooperação nunca chegou a ser viabilizada.

3.2. Sinergias com outros projetos bilaterais da Cooperação Brasil-Alemanha

O Projeto TEEB Regional-Local, por sua agenda transversal, tem tido ao longo dos anos uma estratégia de implementação que envolve a busca de sinergias e de implementação de atividades com outros projetos bilaterais da Cooperação Brasil-Alemanha. Destacam-se os seguintes projetos com os quais o TEEB potencializou/potencia resultados conjuntos e as atividades que o TEEB apoiou/apoia:

Projeto “Monitoramento da Biodiversidade com Relevância para o Clima em nível de UC, considerando medidas de adaptação e mitigação” (concluído em 2014) – apoio por meio da:

- Discussão e revisão técnica dos protocolos de monitoramento para projetos na área de pagamento por serviços ambientais - PSA (água, biodiversidade e carbono), bem como na elaboração de materiais de treinamento e cursos sobre o tema.

Projeto “Biodiversidade e Mudanças Climáticas na Mata Atlântica” – apoio por meio da(o):

- Parceria na construção de uma proposta de estudo-piloto sobre Cotas de Reserva Ambiental na Bahia
- Parceria na construção da articulação com o estado da Bahia e construção conjunta de um plano de atividades
- Participação e contribuição técnica nas oficinas de trabalho para desenvolvimento dos indicadores de verificação do alcance das Metas Nacionais de Biodiversidade e da Estratégia e Plano de Ação Nacionais para a Biodiversidade (EPANB)
- Contribuição técnica no processo de análise da vulnerabilidade à mudança do clima através do mapeamento de serviços ecossistêmicos no município de Duque de Caxias
- Revisão técnica da sistematização da experiência de Duque de Caxias para a Plataforma Panorama Solutions
- Revisão técnica com o enfoque de serviços ecossistêmicos do Roteiro Metodológico para a Elaboração dos Planos Municipais da Mata Atlântica (PMMAs)

Projeto “Consolidação do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) – LifeWeb” – apoio por meio da(o):

- Revisão técnica das Diretrizes Metodológicas para a Elaboração de Planos de Manejo de UCs
- Parceria na realização conjunta de uma capacitação de gestores de unidades de conservação para a integração de SE (ISE) e de um seminário em parceria com o ICMBio

Projeto Economia Verde com Foco na Sociobiodiversidade na Amazônia / Mercados Verdes e Negócios Sustentáveis na Amazônia – apoio por meio da(o):

- *Input* conceitual e assessoria técnica ao processo de integração de SE no contexto da Política de Garantia dos Preços Mínimos para a Sociobiodiversidade (PGPM-Bio).

3.3. Parceria com outros projetos da GIZ

A cooperação com o **Projeto Global ValuES** tem facilitado a inserção, em escala internacional, dos conhecimentos adquiridos, no âmbito do Projeto TEEB Regional-Local, sobre análise, sistematização, disseminação e uso compartilhado de conhecimentos para *mainstreaming* dos temas Biodiversidade e Serviços Ecossistêmicos. O Projeto Global permite o intercâmbio de experiências com projetos na mesma temática na Colômbia, Peru, Costa Rica, México, Colômbia e Equador. Até à data, o Projeto TEEB R-L marcou presença em todos os Workshops Regionais deste projeto global, com a participação do MMA e CNI sendo financiada pelo Projeto ValuES:

- 2013 – 19 a 20 de outubro, Valle de Bravo, México (participação do Projeto TEEB R-L: Luana Duarte, pelo MMA, e Raquel Agra e Flávio Chaves, pela GIZ)
- 2014 – 08 a 10 de dezembro, Quito, Equador (participação do Projeto TEEB R-L: Fábio Abreu, pelo MMA, e Tomas Inhetvin e Camila Ortolan, pela GIZ)
- 2015 – 20 a 23 de outubro, San José, Costa Rica (participação do Projeto TEEB R-L: Bruno Abe Miguel e Otávio Ferrarini, pelo MMA, e Raquel Agra, Luciana Alves e Tomas Inhetvin, pela GIZ) - proporcionou um intercâmbio das experiências brasileiras sobre a integração de serviços ecossistêmicos no ordenamento territorial, incluindo o instrumento de Zoneamento Ecológico Econômico (ZEE), bem como a divulgação dos resultados da iniciativa Tendências em Serviços Ecossistêmicos (TeSE) no setor empresarial.
- 2016 – 28 de outubro a 01 de novembro, Puerto Morelos, Quintana Roo, México (participação do Projeto TEEB R-L: Rodrigo Vieira, pelo MMA, Ricardo Silva, pelo ICMBio, Elisa Romano, pela CNI, Raquel Agra, Luciana Alves e Manuela Reinhard, pela GIZ, e Natalia Lutti, pela FGV)

Além de viabilizar financeiramente a participação das contrapartes nos encontros regionais, o Projeto ValuES tem apoiado o TEEB de diferentes formas: com assessoria técnica; com a contratação de facilitadores para cursos de ISE (Integração de Serviços Ecossistêmicos), de formação de multiplicadores em ISE e de Princípios de Avaliação de SE; com a contratação de uma estagiária internacional para o piloto do município de Duque de Caxias; com revisões técnicas de produtos de consultorias realizadas pelo Projeto TEEB R-L; além das redes de contatos que possibilita com projetos similares em outros países da ALC, como o Projeto EcoValor – México e o Programa ProAmbiente – Perú.

No caso do **Projeto EcoValor-Mx**, o coordenador Federico Starnfeld esteve no Brasil em 2016 para participar de um seminário organizado pelo Projeto TEEB R-L em parceria com o Projeto Lifeweb e o ICMBio, tendo sido um dos palestrantes.

Em consonância com o **Programa ProAmbiente** (*Contribución a las Metas Ambientales del Perú*), do Ministério do Meio Ambiente peruano (MINAM), que apoia a iniciativa local Economia e Biodiversidade, foram realizadas as seguintes atividades:

- 2015 - Workshop em Lima (Perú) no qual um representante da Federação de Indústrias do Estado de Minas Gerais (FIEMG) apresentou as estratégias para fortalecer o engajamento do setor industrial na área de biodiversidade, bem como para o alcance dos objetivos de proteção globais.
- 2016 – Intercâmbio de oito dias no Brasil para troca de experiências e conhecimentos do projeto da cooperação Peru-Alemanha na área de biodiversidade e empresas, por meio da Iniciativa Peruana de Negócios e Biodiversidade com o Projeto TEEB Regional-Local. No programa para conhecer a internalização do tema BSE no Setor Empresarial Brasileiro, participaram três representantes do Ministério do Meio Ambiente peruano (MINAM), um representante de uma empresa hidrelétrica peruana e um colega da GIZ, do Peru.

Outros projetos com interface temática com o Projeto TEEB e com os quais houve socialização de informações que contribuíram com informações relevantes são:

- Projeto de Retorno sobre Investimentos Corporativos (ROI) em Sustentabilidade (ambiental e social) - projeto global da GIZ que foi desenvolvido em parceria com o Programa Finanças do GVces;
- Programas globais da GIZ *Emerging Markets Dialogue on Green Finance* (EMD) e *Emerging Market Multinationals Network for Sustainability* (EMM);
- Projeto *Private Business Action and Biodiversity* – projeto global da GIZ que está sendo desenvolvido no Brasil (além da Índia e México) em parceria com o Projeto Bilateral “Mercados Verdes e Consumo Sustentável – MVCS” e a contraparte envolvida é o MMA/DEX.

4. A comunicação no Projeto

O material básico para a apresentação do projeto foi elaborado em conjunto com os parceiros. Ele compreende, além da identidade visual e de um texto de referência ao Projeto, apresentações modulares, um *factsheet*, a homepage nos sites do Ministério do Meio Ambiente (<http://www.mma.gov.br>), da CNI (<http://www.portaldaindustria.com.br/cni>), da GIZ (<https://www.giz.de/de/weltweit/23676.html>) bem como materiais de exposições e outros informativos.

Barra de logomarcas do Projeto TEEB Regional-Local - português

Por ordem do



Ministério Federal
do Meio Ambiente, Proteção da Natureza,
Construção e Segurança Nuclear

da República Federal da Alemanha



Deutsche Gesellschaft
für Internationale
Zusammenarbeit (GIZ) GmbH



Confederação Nacional da Indústria
CNI. A FORÇA DO BRASIL INDÚSTRIA

MINISTÉRIO DO
MEIO AMBIENTE



Identidade visual do Projeto TEEB Regional-Local



Texto de referência ao Projeto TEEB Regional-Local

O projeto “**Conservação da Biodiversidade através da Integração de Serviços Ecosistêmicos em Políticas Públicas e na Atuação Empresarial – TEEB Regional-Local**” é uma realização do governo brasileiro, coordenado pelo Ministério do Meio Ambiente (MMA), em parceria com a Confederação Nacional da Indústria (CNI), no contexto da Cooperação Brasil-Alemanha para o Desenvolvimento Sustentável. O Ministério Federal do Meio Ambiente, Proteção da Natureza, Construção e Segurança Nuclear (BMUB) da Alemanha apoia, como parte da Iniciativa Internacional de Proteção do Clima (IKI), a execução do projeto por meio da Deutsche Gesellschaft für Internationale Zusammenarbeit (GIZ) GmbH.

O projeto, ao longo de sua implementação, tem também utilizado a infraestrutura e as capacidades de comunicação dos parceiros para divulgar estudos e informações relevantes sobre o projeto por diversos meios de comunicação, como websites ou folhetos. A divulgação do projeto (estratégia, impactos, resultados e atividades mais importantes), em nível internacional, através da atualização de informações da Iniciativa Capital Natural do Brasil no website da UNEP (*United Nations Environmental Programms*), estava sendo igualmente providenciada.

Além disso, o projeto vem promovendo uma divulgação intensiva dos resultados e impactos alcançados no âmbito de eventos internacionais, tais como:

- Diálogos Internacionais Brasil-Índia-Alemanha sobre TEEB (anualmente entre 2013 e 2016);
- Side-event da COP12 da CDB: “International Cooperation and Exchange for Biodiversity Conservation: Dialogue formats on ABS and TEEB”, 17.10.2014, com a presença de Roberto Cavalcanti representando o MMA;
- Conferência Global de 2015 da Parceria pelos Serviços Ecosistêmicos (ESP) (<https://www.aanmelder.nl/i/doc/6187eb87e5007d4923ab97167f1d8485>);
- *World Forum on Natural Capital 2015* – WFNC (http://naturalcapitalforum.com/docs/092_426__b3workshop_natalialutthummel_fgv_1450176241.pdf);

- III Encontro Regional da América Latina do Projeto ValuES em 2015 (<http://www.mma.gov.br/index.php/comunicacao/agencia-informmma?view=blog&id=1237>)
- Conferência do Órgão Subsidiário de Implementação (SBI) da Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB), de 02 a 06 de maio de 2016, organizada pela CDB (Montreal, Canadá);
- Encontro da CNI Sustentabilidade, de 21 a 23.09 de 2016, organizado no Rio de Janeiro (Brasil);
- Conferência Regional da América Latina da Parceria pelos Serviços Ecossistêmicos (ESP), de 18 a 21.10 de 2016, organizada pela ESP (Cali, Colômbia);
- IV Encontro Regional da América Latina do Projeto ValuES, de 29.11 a 01.12 de 2016, organizado pelo Projeto Global GIZ ValuES (Puerto Morelos, México);
- Evento paralelo da COP 13 “Cooperação e intercâmbio internacionais para a conservação da biodiversidade: diálogos sobre a implementação do TEEB nacional”, em 07.12.2016, organizado pelo MMA, Ministério do Meio Ambiente, Florestas e Mudança Climática (MoEFCC) (Governo da Índia), GIZ e pelo Centro Helmholtz para Pesquisa Ambiental (UFZ) (Cancún, México);
- Evento paralelo da COP 13 “Workshop UNEP (Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente – PNUMA) sobre as iniciativas nacionais de TEEB”, em 06.12.2016, organizado pela UNEP (Cancún, México).
- O Projeto apoiou o MMA na preparação e apresentação do estande do Brasil para a Conferência das Partes da Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB) (COP 13, México, 2016), em conjunto com a FUNBIO e outras instituições brasileiras (empresas e organizações não governamentais). O estande apresentou o trabalho do Brasil na proteção de ecossistemas e preservação das espécies, bem como na economia dos ecossistemas e biodiversidade, por meio de vídeos especialmente preparados para o evento e materiais de comunicação.

Em nível nacional e até à data, o Projeto já apresentou os seus resultados e/ou divulgou seus materiais em diversos eventos:

- Workshop Internacional sobre Empresas e o Capital Natural (organização: Projeto TEEB Regional-Local, 07-09.05.2014, Brasília/DF;
- Série de Workshops "Indústria e Biodiversidade: Construindo uma relação sustentável" realizado pela CNI nas Federações Estaduais das Indústrias, com apresentação do Projeto TEEB R-L na FIRJAN, FIEB e FIESP nos anos 2013 e 2014;
- Apresentações do Projeto TEEB e resultados na Reunião da rede de Biodiversidade da CNI, 08.13 e 06.15 em Brasília, DF;
- 2º Congresso Brasileiro de Avaliação de Impacto (ABAI), 13-17.10.2014, Ouro Preto, MG;
- VIII Congresso Brasileiro de Unidades de Conservação, 21-25.09.2015, Curitiba, PR;
- Green Rio, 20-21.05.2015, Rio de Janeiro, RJ;
- Seminário Viva a Mata, SOS Mata Atlântica, 14.05.2015, Rio de Janeiro, RJ;
- Semana da Mata Atlântica 2015, 27-29.05.2015, Porto Seguro, BA;
- Conferência Clima, Florestas e Biodiversidade – Lições Aprendidas e Perspectivas da Cooperação Brasil-Alemanha, 19.08.2015, Brasília, DF;
- Seminário Indústria e Biodiversidade da FIRJAN, com os painéis: “Valoração Econômica da Biodiversidade e dos Serviços Ecossistêmicos na Gestão Empresarial” e “Estudos de Caso – Serviços Ecossistêmicos e Negócios”, 29.10.15, Rio de Janeiro, RJ;
- Painel “Valoração aplicada à avaliação de projetos corporativos” na Semana de Produção e Consumo Sustentável da FIEMG em 16.06.16, Belo Horizonte, MG;
- Eventos de lançamento das publicações desenvolvidas em parceria com a Iniciativa TeSE, 15.05.15 e 08.09.16, em São Paulo, SP;
- CNI Sustentabilidade, 21-23.09.2016, Rio de Janeiro, RJ;
- Oficinas do PAINELBIO, 29-30.06.2016, Brasília, DF;
- Oficina de Boas Práticas em Planejamento de Unidades de Conservação (organização: MMA & ICMBio), 28-29.06.2016, Brasília, DF;
- Oficina de Trabalho para apresentação dos resultados do Projeto de Pesquisa sobre Custos e Benefícios de uma Política Nacional de Pagamentos por Serviços Ambientais (organização: MMA), 20.06.2016, Brasília, DF;

- Painel sobre as Contas Econômicas Ambientais da Água como suporte ao monitoramento do ODS 6 da Agenda 2030 (organização: ANA, SRHQ/MMA, IBGE e a Comissão Econômica para América Latina e o Caribe das Nações Unidas - CEPAL), 10.11.2016, Brasília/DF;
- Uma parceria com Forest Trends foi iniciada no âmbito da Iniciativa Matriz PSA Brasil. O projeto contribuiu com um artigo técnico em uma publicação sobre mecanismos de incentivo econômico no Brasil (http://brazil.forest-trends.org/documentos/matriz_book.pdf), que foi lançada e divulgada nos dias 26/maio (São Paulo), 27/maio (Brasília) e 28/maio (Rio de Janeiro).

Desde o começo que o projeto priorizou o desenvolvimento de uma estratégia de comunicação e chegou a elaborar um Termo de Referência para a contratação de apoio para esse processo; no entanto, no final de 2016, com a participação nos eventos internacionais do ValuES e da COP13 da CDB, o projeto alterou a sua estratégia com relação à comunicação e definiu que, em 2017, iria desenvolver um processo de construção participativa, entre os parceiros do projeto, de um plano de ação de comunicação. Esse plano focaria na comunicação do tema do Projeto (serviços ecossistêmicos) fazendo uso de resultados e impactos alcançados pelo Projeto também.

A listagem das publicações e dos materiais de comunicação do Projeto, incluindo vídeos (até à data de elaboração deste relatório) está em Anexo (Anexo 7.2).

5. Alcance dos indicadores e principais resultados até dezembro de 2016

O projeto TEEB Regional-Local possui, no total, um conjunto de **treze indicadores**, que permitem a verificação do alcance dos principais **resultados e impactos** do projeto. Uma descrição mais aprofundada do alcance de cada indicador (até dezembro de 2016) pode ser encontrada em anexo (Anexo 7.3). Até dezembro de 2016, destacam-se os seguintes **resultados** no Projeto TEEB Regional-Local:

- **Cerca de 400 atores-chave** (parceiros de execução do projeto, tomadores de decisão em nível federal e regional-local, empresas, federações estaduais das indústrias) **capacitados sobre biodiversidade e serviços ecossistêmicos (BSE)**, na abordagem ISE (Integração de SE a processos de planejamento e de política) e/ou em métodos e ferramentas para valorar e integrar SE na tomada de decisão;
- **Intercâmbio e troca de experiências entre países sobre TEEB fortalecido** por meio da participação e/ou organização de 4 diálogos internacionais sobre TEEB envolvendo Brasil, Índia, Alemanha e outros países como o Butão e a Tanzânia (“TEEB Dialogues”), e por meio da participação nos encontros regionais da América Latina e Caribe (ALC) do projeto global ValuES;
- **Um processo de institucionalização da abordagem ISE e do enfoque de SE** iniciado junto ao Governo Federal (ACADEBIO/ICMBio);
- **Quatro** políticas públicas, planos, programas e/ou instrumentos de gestão ambiental no nível federal **apoiados** através da disponibilização de ferramentas e propostas de atuação para a integração do valor da BSE:
 - **Estratégia Nacional e Plano de Ação para a Conservação da Biodiversidade (até 2020) apoiado** por meio da definição de indicadores para monitorar as metas nacionais de biodiversidade 1 a 4;
 - **Política e Plano Nacional de Recuperação da Vegetação Nativa publicados (em decreto)** com insumos sobre ativos ambientais gerados pelo Projeto TEEB R-L;
 - **Diretrizes federais para a elaboração do zoneamento ecológico-econômico (ZEE);**
 - **Diretrizes federais para a elaboração de planos de gestão de unidades de conservação;**
- **Informações** sobre a abordagem ISE, sobre consideração de SE na tomada de decisão e/ou instrumentos econômicos para a conservação **disponibilizadas** e gerando aprendizagens por meio da preparação e/ou publicação de 4 manuais (1 Guia PSA, 1 Manual ISE, 2 Manual ToT/ISE + Exercícios e Resultados);
- Pelo menos **3 casos-piloto** no nível **estadual** apoiados de desenvolvimento de programas estruturados de compensação e mecanismos de incentivo para a valorização dos SE:
 - Instrumento da compensação florestal no Distrito Federal;
 - Políticas e instrumentos econômicos para a conservação em São Paulo (TEEB-SP);
 - Política e incentivos de desenvolvimento local na APA da Fazendinha, no Amapá (AP);
- **Um caso-piloto no nível local assessorado** na geração de informações sobre SE para integração em instrumentos de planejamento do território (Lei Municipal de Uso e Ocupação do Solo e Plano Diretor Municipal de Duque de Caxias);
- **Métodos e instrumentos** desenvolvidos para a inclusão do valor do capital natural nos processos de tomada de decisão de **empresas** e para divulgação pública:
 - Diretrizes Empresariais para o Relato de Externalidades Ambientais – DEREAA;
 - Diretrizes Empresariais para a Valoração Econômica de SE (DEVESE) e Ferramenta de Cálculo para Quantificação e Valoração de SE (Ferramenta da DEVESE);
 - Casos empresariais de Valoração Econômica de SE (ciclo 2014, ciclo 2015);
 - Diretrizes para Valoração Não-Econômica de SE Culturais.
- Assessoria a **21 empresas de diferentes portes e setores** no desenvolvimento de um ou mais estudo de **casos** relacionados à **avaliação e gestão de SE** (37 casos desenvolvidos no total, 23 casos publicados), com 18 dos casos recomendados pelas federações estaduais da indústria, ligadas à CNI (listagem das empresas em Anexo – Anexo 7.4).

Efeito Multiplicador

Os atores capacitados e sensibilizados em BSE e/ou ISE se tornaram capazes de identificar oportunidades relacionadas aos SE nos seus processos de trabalho e planos de gestão e, em parte, integrar o tema ao contexto. Alguns exemplos são:

- Os diálogos, treinamentos e assessoria, no tocante ao terceiro componente, levaram a uma integração dos temas SE e Biodiversidade com atividades internas dos parceiros e independentes do Projeto. Foi dessa maneira que a Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (FIRJAN) integrou esses temas em uma categoria de sua campanha Prêmio Ação Ambiental 2016 (<http://www.firjan.com.br/seminario-acao-ambiental-2016/premio.htm>);
- Duas publicações da Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (FIRJAN) incluíram o tema de BSE, o que mostra a capacidade das federações estaduais em contribuir para uma larga difusão das atividades e temas do projeto (<http://www.firjan.com.br/publicacoes/manuais-e-cartilhas/as-empresas-e-a-biodiversidade.htm> e <http://www.firjan.com.br/lumis/portal/file/fileDownload.jsp?fileId=2C908A8A5049FB1B01504CA2BB27694C&inline=1>);
- Na Semana de Produção e Consumo Sustentáveis, da Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais (FIEMG), em junho de 2016, o tema Serviços Ecossistêmicos e sua Relação com as Indústrias foi acolhido no Painel Biodiversidade e Negócios (https://www.sympla.com.br/semana-de-producao-e-consumo-sustentaveis---2016_68938);
- A FGV tem um mestrado profissional em competitividade uma das linhas é de sustentabilidade e este mestrado tem abordado vários temas construídos no âmbito das Iniciativas Empresariais do GVces, entre eles temas da TeSE. Em específico tem uma disciplina eletiva que chama “Serviços ecossistêmicos: impactos na gestão empresarial”. <http://mestrado-profissional.ea-esp.fgv.br/linha-sustentabilidade>;
- Empresas participantes dos ciclos 2014, 2015 e 2016 da Iniciativa TeSE, por meio das capacitações e desenvolvimento de casos empresariais, buscam inserir os aprendizados e resultados nos seus processos empresariais, seja para apoio a compromissos corporativos, seja para identificação e gestão de riscos relativos ao capital natural;
- As capacitações em ISE e em Princípios de Avaliação de SE para alguns atores-chave permitiram a alavancagem de processos no nível federal, regional e local, nas áreas respectivas de atuação desses atores:
 - No caso do DZT/MMA, este integrou o enfoque de serviços ecossistêmicos como um requisito nos TdR do Macro-Zoneamento da Bacia do Rio São Francisco.
 - No caso da SMA-SP, houve a sensibilização de outros atores na secretaria acerca da abordagem ISE (nomeadamente atores responsáveis pela elaboração do ZEE estadual, como o Instituto Florestal), o que resultou no engajamento e posterior aplicação da abordagem de integração de SE em uma micro-bacia da região, como subsídio para a realização do ZEE do estado.
 - No caso do Amapá, o GRET desenvolveu o seguinte estudo “Subsídios para o desenvolvimento econômico a partir do conhecimento sobre Serviços Ecossistêmicos e a Biodiversidade na Flota Amapá”, onde foi aplicada a abordagem ISE.
 - No caso também do Amapá, a formação de pessoas do estado como multiplicadores de ISE propiciou a replicação dessa capacitação em outubro de 2016, em Macapá, numa parceria entre a Embrapa-AP e o Instituto Iepê, com vistas à aplicação de um caso-piloto na APA da Fazendinha.

6. Aprendizados da implementação do Projeto

Até ao momento a que se refere esta relatoria (dezembro 2016), podem ser listadas as seguintes experiências de aprendizagem:

- Como o tema deste projeto se encaixa no contexto de **compromissos internacionais assumidos pelo Brasil no âmbito da Convenção sobre Diversidade Biológica (CBD)**, o intercâmbio regular com países que empreendem esforços semelhantes tem um **efeito motivador** e pode ser usado em nível nacional como um catalisador para assegurar o apoio político e institucional às iniciativas de longo prazo.
- A participação ativa do projeto nas várias edições dos **diálogos internacionais sobre TEEB ("TEEB-Dialogue")** contribuiu para um intercâmbio de conhecimentos específicos entre Brasil, Alemanha e Índia sobre suas experiências, possibilidades e desafios na área da biodiversidade e serviços ecossistêmicos nas políticas públicas e processos empresariais. A participação de representantes do PNUMA (*United Nations Environment Program - UNEP*) e da Secretaria da Convenção sobre Diversidade Biológica prestou importantes contribuições adicionais para o intercâmbio internacional sobre o tema.
- O apoio técnico e conceitual do projeto na elaboração do componente Política Nacional da Iniciativa Capital Natural no Brasil também contribuiu para a definição das principais linhas de ação da agenda do TEEB em nível nacional. Além disso, os serviços de consultoria do projeto fortaleceram a discussão técnica sobre a integração do valor dos SE dentro da Iniciativa.
- O ano de 2016 foi um ano de acompanhamento dos multiplicadores em ISE formados pelo projeto em 2015, sendo uma das lições aprendidas que o investimento na formação de multiplicadores deve ser feito estrategicamente ao nível das instituições. Nesse sentido o Projeto está articulando com parceiros-chave, como o MMA e o ICMBio, para institucionalizar a abordagem ISE em seus programas de capacitação, tornando a abordagem e os conceitos mais perenes após a finalização do Projeto.
- A cooperação com instituições de pesquisa como o GVCes ou ONGs como TNC e FGB – que possuem expertise técnica em determinadas áreas temáticas – permitiu alavancar a atuação do Projeto em temas específicos.
- A colaboração com o projeto global ValuES se mostra importante para o projeto, especialmente em relação ao intercâmbio de experiências entre atores-chave e o apoio em temas prioritários do projeto. Entre estes estão cursos de treinamento conjuntos, a assessoria técnica como em Duque de Caxias e o apoio na revisão da Lei de Compensação Florestal do DF.
- O processo de integrar SE em diferentes instrumentos e políticas está diretamente relacionado às janelas de oportunidades de processos de mudança desses instrumentos e políticas e depende de conjunturas institucionais favoráveis.
- É necessário que a agenda de SE seja internalizada como uma estratégia de governo e do setor empresarial para gerar impacto.
- A comunicação do tema de SE e o desenvolvimento de capacidades de atores políticos é um fator-chave para alcançar impactos na inserção e priorização do tema nas agendas políticas.
- O projeto identificou lacunas na área de comunicação do tema BSE. No âmbito do projeto o tema BSE e os resultados foram apenas comunicados no nível técnico.
- Outra lição aprendida é que o tema de SE precisa ser divulgado em linguagem simples para um público diverso. No primeiro semestre de 2017 o projeto começará o seu plano de ação de comunicação com o objetivo de atingir seus públicos-alvo com os resultados do projeto, o tema BSE e sua importância para diferentes grupos da sociedade e de diferentes setores de maneiras diferentes (Infográficos, apresentações, mensagens chave etc.).

7. Anexos

7.1. Parceiros e outros atores-chave apoiados pelo Projeto

Tabela 1 - Parceiros e outros atores-chaves apoiados pelo Projeto TEEB Regional-Local (*Projeto ValuES) para participação em capacitações e em eventos de divulgação da agenda de SE

Ano	Nome do Evento	Organização do evento	Tipologia de Evento	Local e data do evento	Instituição apoiada	Técnicos capacitados
2013	1º Encontro Regional do ValuES	GIZ	Encontro	Valle de Bravo, México, 19-20 outubro	MMA	Luana Duarte*
2013	TEEB Dialogue	Governo Alemão	Encontro	Berlim, Alemanha	MMA	Carlos Scaramuzza Luana Duarte Gabriel Lui
2014	“Instrumentos econômicos para a conservação”	CSF – Conservation	Curso	Standford (EUA), 11-22 agosto	MMA	Luana Duarte Renato Rosenberg
2014	Conferência da “ESP – Ecosystem Services Partnership”	ESP	Conferência	setembro	consultora	Camila Ortolan
2014	“4º meeting do Working Party on Environmental Information” (WPEI)		Encontro	Paris (França), novembro	IBGE	José Sena
2014	2º Encontro Regional do ValuES	GIZ	Encontro	Quito, Equador, 10-12 dezembro	MMA	Fábio Abreu*
2015	TEEB Dialogue	Indian Government & GIZ	Encontro	Goa, Índia, 8-10 setembro	MMA	Luana Duarte Gabriel Lui
2015	TEEB Dialogue	Indian Government & GIZ	Encontro	Goa, Índia, 8-10 setembro	CNI	Elisa Romano
2015	3º Encontro Regional do ValuES	GIZ	Encontro	San José, Costa Rica, 20-23 outubro	MMA	Bruno Abe Miguel* Otávio Ferrarini*
2015	Conferência da “ESP – Ecosystem Services Partnership”	ESP	Conferência	Stellenbosch, África do Sul, 9-13 novembro	consultora	Kim Rughberg
2016	4º Encontro Regional do ValuES	GIZ	Encontro	Puerto Morelos, México, 28 novembro a 1 dezembro	MMA	Rodrigo Vieira*
2016	4º Encontro Regional do ValuES	GIZ	Encontro	Puerto Morelos, México, 28 novembro a 1 dezembro	ICMBio	Ricardo Silva*
2016	4º Encontro Regional do ValuES	GIZ	Encontro	Puerto Morelos, México, 28 novembro a 1 dezembro	CNI	Elisa Romano

Ano	Nome do Evento	Organização do evento	Tipologia de Evento	Local e data do evento	Instituição apoiada	Técnicos capacitados
2016	4º Encontro Regional do ValuES	GIZ	Encontro	Puerto Morelos, México, 28 novembro a 1 dezembro	FGV	Natália Lutti

7.2. Lista de publicações e materiais de divulgação do Projeto

Tabela 2 – Lista de publicações e outros materiais de comunicação, incluindo vídeos, elaborados (ou apoiados) pelo Projeto TEEB Regional-Local (no período a que se refere o relatório)

Ano	Tipo de material	Nome	Descrição
2010	Publicação	TEEB – A Economia dos Ecossistemas e da Biodiversidade para Formuladores de Políticas Locais e Regionais (*) (**)	Este relatório da Iniciativa de TEEB Global procura enfatizar o enorme potencial que os benefícios da natureza podem proporcionar para garantir e melhorar o bem-estar humano. Ele fornece orientação, conselhos e inspiração para os formuladores de políticas locais que querem incluir esses benefícios nas suas políticas e, dessa forma, ajudar a criar um futuro sustentável para as comunidades locais. Toda atividade econômica, e a maior parte do bem-estar humano, tem como premissa básica um meio ambiente saudável e em bom estado de conservação.
2012	Publicação	<i>Integração de Serviços Ecossistêmicos ao Planejamento do Desenvolvimento: Um passo-a-passo para profissionais com base na iniciativa “TEEB”</i> (*)	Este manual sobre a Integração dos Serviços Ecossistêmicos ao Planejamento do Desenvolvimento tem como objetivo ajudar os planejadores do desenvolvimento a reconhecer as conexões entre natureza e desenvolvimento, a considerar os trade-offs associados aos planos de desenvolvimento, e a incorporar às suas estratégias de desenvolvimento as oportunidades e riscos associados aos serviços ecossistêmicos (SE).
2014	Vídeo	Negócios e uso sustentável da biodiversidade no Brasil	<p>Links completo:</p> <ul style="list-style-type: none"> • https://www.youtube.com/watch?v=Q2_tkecOkkw&feature=youtu.be vídeo completo em português. • https://www.youtube.com/watch?v=INMmq3dHnYk&feature=youtu.be vídeo completo em inglês. <p>Vídeo em partes:</p> <ul style="list-style-type: none"> • https://youtu.be/DV729Az1FKk Carnaúba – Empresa Natural Wax em inglês. • https://youtu.be/kck2WKGWazQ Cupuaçu – Empresa Beraca em inglês. • https://youtu.be/ovWs2ZIlqOE Jaborandi – Empresa Centroflora em inglês. • https://youtu.be/O3V2yqe4GMQ Babaçu – Empresa Tobasa em inglês. • https://youtu.be/dYlFr2l7mM Seringueira – Empresa Pele Nova em inglês.
2014	Publicação	<i>Decisões da CDB e o Setor de Negócios</i> (*)	Esse documento visa esclarecer, de maneira simples, o que as decisões relacionadas ao setor empresarial e documentos correlatos significam para o setor. Em outras palavras, este

Ano	Tipo de material	Nome	Descrição
			documento responde a pergunta: “o que é que isto tem a ver comigo”?
2015	Publicação	<i>Treinamento: integração de serviços ecossistêmicos ao planejamento do desenvolvimento - Manual para treinadores (*)</i>	Tem como objetivo apoiar o desenho e a implementação de uma carteira de serviços diversificada e orientada à demanda, que fomente a valoração e consideração da biodiversidade e dos serviços ecossistêmicos.
2015	Publicação	<i>Treinamento: integração de serviços ecossistêmicos ao planejamento do desenvolvimento - Exercícios e resultados (*)</i>	Tem como objetivo apoiar o desenho e a implementação de uma carteira de serviços diversificada e orientada à demanda, que fomente a valoração e consideração da biodiversidade e dos serviços ecossistêmicos.
2015	Publicação	<i>Valoração Econômica de Serviços Ecossistêmicos Relacionados aos Negócios - TeSE (Ciclo 2014) (*)</i>	Esta publicação traz um resumo dos resultados de casos empresariais de valoração por meio da aplicação das Diretrizes Empresariais para a Valoração Econômica de Serviços Ecossistêmicos (DEVESE), e sua respectiva ferramenta de cálculo.
2015	Publicação	<i>Diretrizes Empresariais para a Valoração Econômica de Serviços Ecossistêmicos (DEVESE) (*)</i>	As Diretrizes Empresariais para a Valoração Econômica de Serviços Ecossistêmicos (DEVESE) tem por objetivo auxiliar na gestão empresarial para valoração de suas vulnerabilidades e impactos sobre o capital natural, em especial as externalidades.
2015	Publicação	<i>Diretrizes Empresariais para o Relato de Externalidades Ambientais – DEREAA (*)</i>	As Diretrizes Empresariais para Relato de Externalidades Ambientais (DEREA) tem por objetivo orientar o relato de externalidades ambientais relacionadas a serviços ecossistêmicos, sendo o passo seguinte à aplicação da DEVESE 2.0.
2015	Infográfico	<i>O que é Biodiversidade? (*)</i>	Infográfico explica a definição de biodiversidade, ressalta a importância dela no dia a dia de cada um, fornece dicas de como contribuir para conservá-la, além de apresentar dados relacionados ao conhecimento do tema. Este infográfico é uma parceria com a UEBT (Barômetro da Biodiversidade) e tem como base a edição histórica de 2009-2015
2015	Ferramenta cálculo	<i>Ferramenta de Cálculo das Diretrizes Empresariais para a Valoração Econômica de Serviços Ecossistêmicos (DEVESE) (*)</i>	Programa Tendências em Serviços Ecossistêmicos (TeSE) tem como motivação ajudar o setor empresarial a entender e dimensionar a importância do capital natural para os seus negócios a também para a sociedade através do desenvolvimento de estratégias e ferramentas destinadas à gestão de empresarial de impactos, dependências, riscos e oportunidades relacionados a serviços ecossistêmicos.
2016	Publicação	<i>Valoração Econômica de Serviços Ecossistêmicos Relacionados aos Negócios - TeSE (Ciclo 2015) (*)</i>	Esta publicação traz um resumo dos resultados de casos empresariais de valoração por meio da aplicação das Diretrizes Empresariais para a Valoração Econômica de Serviços Ecossistêmicos (DEVESE), e sua respectiva ferramenta de cálculo.

Ano	Tipo de material	Nome	Descrição
2016	Publicação	Diretrizes Empresariais para Valoração não econômica de Serviços Ecosistêmicos Culturais (DESEC)	Esta publicação tem por objetivo propor métodos para diagnóstico da percepção dos <i>stakeholders</i> locais sobre os benefícios providos pelos ecossistemas para suas culturas como subsídio para a tomada de decisão empresarial.
2016	Infográfico	<i>Infográficos TEEB (*)</i>	Infográficos explicam o Projeto de Conservação da Biodiversidade através da Integração de Serviços Ecosistêmicos em Políticas Públicas e na Atuação Empresarial - Projeto TEEB Regional-Local. Infográficos realizados para a COP13 da CDB no México

(*) Disponível no link: <http://www.mma.gov.br/publicacoes/biodiversidade/category/143-economia-dos-ecossistemas-e-da-biodiversidade>

(**) Projeto apoiou a 2ª tiragem desta publicação (em janeiro de 2015)

7.3. Descrição do alcance dos indicadores do Projeto

A relatoria do Projeto correspondente ao ano de 2016 foi a primeira após a inclusão do quarto componente para contas econômicas ambientais. Seguem, por isso, os indicadores como constam na oferta aprovada em setembro de 2016. Quer dizer, com base nisso, o grau de cumprimento das metas dos indicadores foi recalculado. A seguir apresentam-se os resultados planejados e os respectivos indicadores e descrição do valor alcançado para o ano de 2016. Na descrição das atividades relacionadas com o alcance dos objetivos específicos do Projeto (componentes I a IV), é feita a correspondência com as atividades-chave descritas na Oferta do Projeto (que se encontram descritas na tabela seguinte – Tabela 3).

Tabela 3 – Atividades-chave do Projeto descritas no documento de Projeto (“Oferta”) e orientadoras da linha de execução do Projeto

Nº	Descrição da Atividade-Chave
I.1	Treinamento e formação dos quadros técnicos e tomadores de decisão do Ministério do Meio Ambiente, CNI e outros atores chave (p.ex., Ministério da Fazenda, Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão) na análise, avaliação e integração de serviços ecosistêmicos prioritários (abordagem TEEB) em instrumentos econômicos para a proteção dos recursos naturais e Contas Econômicas Ambientais.
I.2	Apoio à plataforma de diálogo público-privada entre MMA, CNI, Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável (CEBDS) e a Iniciativa Brasileira de Negócios e Biodiversidade (IBNB) para o detalhamento dos desafios, bem como sensibilização e mobilização, em especial dos pequenos e médios empresários.
I.3	Inserir as experiências de aprendizagem em nível local e regional para o desenvolvimento de métodos, instrumentos e estratégias de integração dos serviços ecosistêmicos em políticas

Nº	Descrição da Atividade-Chave
	e programas selecionados e na rede TEEB nacional do Brasil (com base nas experiências piloto do componente 2).
I.4	Contribuir para a configuração e adaptação de critérios, instrumentos e normas de execução dos programas federais de valoração e compensação dos serviços ecossistêmicos
I.5	Fomentar iniciativas de pesquisa aplicada e parcerias entre ciência e prática no âmbito da iniciativa TEEB para políticas nacionais do Brasil.
I.6	Sistematizar e divulgar as avaliações ecossistêmicas existentes para apoiar os processos de negociação intersetorial
I.7	Desenvolver e implementar estratégias de comunicação para a sensibilização de formadores de opinião e tomadores de decisão da sociedade civil, do setor público e privado sobre o valor da biodiversidade e dos serviços ecossistêmicos, bem como sobre as Contas Econômicas Ambientais e sua importância no contexto dos processos de tomada de decisão.
I.8	Inserir as lições aprendidas na implementação local e regional em redes de conhecimentos nacionais e internacionais sobre o tema, aqui especialmente na rede internacional TEEB, Green Economy Coalition (GEC), Global Partnership for Ecosystems and Ecosystem Services Valuation and Wealth Accounting do Banco Mundial, bem como na Iniciativa Business and Biodiversity
I.9	Desenvolver uma metodologia para análise de sensibilidade ao risco e retorno de investimentos nas empresas e instituições financeiras (Desenvolvimento de Finanças Sustentáveis), as quais levam em consideração os serviços ecossistêmicos.
II.1	Capacitar atores-chave regionais e locais para o fortalecimento da compreensão conceitual e técnica da inter-relação entre economia e ecologia, bem como sobre a importância da biodiversidade e dos ecossistemas para os processos de desenvolvimento regionais.
II.2	Elaborar estudos para análise e avaliação econômica dos serviços ecossistêmicos prioritários como fator de desenvolvimento em nível local e regional, bem como tendências e cenários para o seu desenvolvimento futuro.
II.3	Acompanhar processos selecionados de zoneamento e planejamento territorial em nível local e regional para a integração de serviços ecossistêmicos; consultoria técnica, desenvolvimento de instrumentos, apoio à sistematização das experiências de aprendizagem.
II.4	Fortalecer plataformas de diálogo entre atores públicos, privados e da sociedade civil para a negociação de prioridades de desenvolvimento com base na avaliação dos serviços ecossistêmicos prioritários.
II.5	Desenvolver e implementar estratégias de comunicação para a sensibilização de formadores de opinião e tomadores de decisão da sociedade civil, do setor público e privado nas regiões.
II.6	Assessorar o desenvolvimento e adequar programas federais para valorização e compensação dos serviços ecossistêmicos, bem como sua interação com os mecanismos de controle estatais.
II.7	Processar sistematicamente e divulgar experiências e boas práticas, elaborando recomendações de atuação para políticas públicas, atuação empresarial, e fomento do intercâmbio entre as regiões
III.1	Sistematizar e avaliar abordagens metodológicas e impactos de mecanismos de compensação e incentivo privados e públicos existentes no Brasil (p.ex., programas estaduais de compensação, ICMS Ecológico).
III.2	Analisar e avaliar serviços ecossistêmicos prioritários em empreendimentos para integração nos processos de produção e planejamento empresarial (gestão de risco, inovação, novos

Nº	Descrição da Atividade-Chave
	modelos de negócios e planejamento de investimentos) e sua contribuição para a agregação de valor local e regional
III.3	Elaborar instrumentos, critérios e planos de ação para a integração de aspectos da biodiversidade na prática empresarial e nas cadeias de valor.
III.4	Fomentar troca de conhecimentos e experiências no desenvolvimento e implementação de instrumentos concretos para a integração de serviços ecossistêmicos no setor privado, incluindo a organização de uma oficina internacional sobre o tema.
III.5	Fomentar o processo de diálogo entre atores públicos e privados para a articulação de medidas procedimentos e indicadores para a integração de serviços ecossistêmicos na atuação empresarial e nas cadeias de valor.
III.6	Desenvolver e fomentar critérios e indicadores, assim como mecanismos de certificação e incentivos públicos, como estrutura de motivação para as empresas.
III.7	Sensibilizar e formar atores-chave do setor público e privado das áreas financeira e de crédito em termos de investimentos que levam em consideração o valor do capital natural.
III.8	Sensibilizar e treinar quadros técnicos e multiplicadores das Federações Estaduais das Indústrias para integração da temática TEEB em seus próprios programas de formação.
IV.1	Medidas de capacitação (cursos, workshops, seminários e treinamento) para colaboradores do IBGE, ANA, MMA, SFB e outros atores relevantes para o desenvolvimento e análise de contas econômicas ambientais na base da abordagem SEEA ("System of Environmental and Economic Accounting).
IV.2	Assessoria técnica para o IBGE e atores relevantes para o desenvolvimento, a aplicação e a avaliação de contas econômicas ambientais de água e floresta.
IV.3	Assessoria técnica para o IBGE e outros atores relevantes para o desenvolvimento de uma conta econômica ambiental de floresta.
IV.4	Assessoria técnica para a discussão e o desenvolvimento metodológico de uma "conta de ecossistemas" e sua possível implementação.
IV.5	Apoio ao desenvolvimento e à aplicação de uma experiência-piloto com contas econômicas ambientais de água e/ou floresta em uma região (bacia hidrográfica/estadual/nacional).
IV.6	Apoio a IBGE, MMA, ANA e SFB no desenvolvimento de uma estratégia de comunicação para a divulgação dos resultados das contas de água e floresta (elaboração de relatórios científicos, policy briefs, organização de diálogos políticos e eventos internacionais).
IV.7	Fortalecimento das capacidades institucionais do Comitê Interministerial de Contas Econômicas Ambientais da Água.
IV.8	Apoio na formalização e estruturação do Comitê Interministerial de Contas Econômicas Ambientais das Florestas e a promoção de suas capacidades institucionais.
IV.9	Apoio à troca de conhecimento e experiência no nível nacional e internacional com instituições em países que dispõem de experiências com as contas econômicas ambientais e de indicadores sustentáveis (Alemanha, Austrália, Canadá) assim como em países que começaram de fazer contas econômicas ambientais (Colômbia, Peru, Costa Rica, Guatemala e México, por meio de viagens técnicas e eventos.
IV.10	Promoção do diálogo Ciência-Prática e do intercâmbio com organizações internacionais (UNEP-WCMC, UNSD, WAVES, Banco Mundial, iniciativa PEI).

7.3.1. Indicadores do Objetivo Geral

Descrição do Alcance dos Indicadores do Outcome / Resultado: *Atores-chave públicos e privados integram o valor da biodiversidade e dos SE em seus processos de tomada de decisão.*

<p>Indicador 0.1:</p> <p><i>65% dos parceiros capacitados e assessorados confirmam ter considerado valores socioeconômicos e culturais dos serviços ecossistêmicos e da biodiversidade nas suas decisões profissionais</i></p> <p>Unidade: Total de peritos entrevistados que atestam levar em conta os valores socioeconômicos e culturais de SE e da biodiversidade, em suas decisões no trabalho (em %)</p> <p>Valor-alvo: 65% Valor alcançado como percentagem do valor-alvo (até dez. 2016): 44%</p>
<p>Descrição:</p> <p>Este indicador calcula o total de profissionais, no ambiente do Projeto, que consideram os SE como critério a ser levado em conta, em suas atuações e no processo decisório, nos setores público e empresarial. Trata-se, aqui, tanto de casos de uso desenvolvidos quanto da divulgação de conteúdos por meio de multiplicadores e materiais de comunicação dos parceiros.</p> <p>Até 12/2016, 395 profissionais foram abrangidos direta e indiretamente pelo Projeto.</p> <p>Em 2015 e 2016, realizou-se um levantamento estatístico com um total de 247 pessoas que, pelo menos, seis meses antes, haviam participado de um treinamento no Projeto e, com isso, estariam em condições de aplicar o aprendizado na prática laboral. Dos entrevistados, 44 % afirmaram ter usado o conteúdo do curso no trabalho (109 pessoas). Para 2017, está planejada uma nova pesquisa.</p>

<p>Indicador 0.2:</p> <p><i>Pelo menos 06 estados usam programas estruturados de compensação e mecanismos de incentivo para a valorização dos serviços ecossistêmicos</i></p> <p>Unidade: Programas e mecanismos de incentivo</p> <p>Valor-alvo: 6 Valor alcançado como percentagem do valor-alvo (até dez. 2016): 50%</p>
--

Descrição:

Até 05/2019, o Projeto irá apoiar/assessorar, pelo menos, seis estados no desenvolvimento de suas estratégias para a valorização de SE. Entre esses se encontram a estruturação de programas de compensação e a inclusão de instrumentos de incentivo para a valorização de SE, via legislações regulamentações e normas. Até o momento, nenhum dos programas de compensação e mecanismos de incentivo para a valorização de SE apoiados pelo Projeto nos estados estão completamente estruturados, embora já se tenham os pré-requisitos básicos para isso em 5 estados:

- Distrito Federal (DF): Apoio especializado à Secretaria de Estado de Meio Ambiente no processo de revisão da Lei de Compensação Florestal, visando a apreciação de SE sob a nova lei (processo concluído).
- São Paulo (SP): Assessoria à Secretaria de Estado do Meio Ambiente à iniciativa estadual TEEB-SP (processo em estágio avançado).
- Amapá (AP): Juntamente com a Embrapa-AP e o Instituto Iepé, capacitação para o tema Integração de Serviços Ecossistêmicos (ISE) e apoio na formação de um grupo de trabalho com mandato para desenvolver estratégias de valoração de SE, em planos de desenvolvimento local da unidade de conservação APA da Fazendinha (processo em curso).
- Rondônia (RO): Identificação de programas que o Projeto deve apoiar futuramente.
- Acre (AC): Oportunidade de apoiar a regulamentação do Programa da Sociobiodiversidade no contexto do Sistema de Incentivos a Serviços Ambientais (SISA).

No Paraná, o Projeto se encontra, ainda, na fase de concertação para a apreciação de possibilidades de estabelecimento de programas de valoração de SE (processo iniciado)

Indicador 0.3:

Pelo menos 10 empresas de pequeno ou médio porte integram serviços ecossistêmicos em sua gestão empresarial e financeira

Unidade: Nº empresas

Valor-alvo: 10 **Valor alcançado como percentagem do valor-alvo (até dez. 2016):** 70%

Descrição:

Entende-se a integração dos serviços ecossistêmicos na gestão empresarial e financeira como a consideração do valor da biodiversidade e dos serviços ecossistêmicos na gestão de risco e oportunidades da empresa (por exemplo, ao ponderar entre dependências, limitações e chances de uma empresa em relação ao capital natural) que pode ser no âmbito dos processos de produção como também em decisões de investimento, seleção de fornecedores e ações nas cadeias de valor.

Até o momento, um total de sete pequenas e médias empresas de cinco federações estaduais da indústria (Amazonas, Goiás, Minas Gerais, Paraná, Rio de Janeiro) desenvolveram projetos-piloto para valoração e consideração dos serviços ecossistêmicos em seus processos de gestão. Ainda precisamos avançar na integração e/ou uso das informações dos pilotos para a gestão de forma mais sistemática.

Indicador 0.4:

No mínimo 4 políticas, planos ou programas setoriais (união/estados/municípios) levam em consideração as informações geradas pelas Contas Econômicas Ambientais da Água e/ou Florestas

Unidade: Nº de políticas, planos ou programas setoriais

Valor-alvo: 4 **Valor alcançado como percentagem do valor-alvo (até dez. 2016):** 10%

Descrição:

O registro de dados sobre os estoques físico e monetário, e sobre o fluxo de recursos hídricos e florestais, são de capital importância para a composição das contas econômicas ambientais. Elas se expressam, predominantemente, em unidades físicas. Até o momento, foram identificadas as seguintes estratégias, planos ou programas, no tocante à possibilidade de considerarem, no futuro, as informações sobre contas econômicas ambientais: Inventário Florestal Nacional, Contas Nacionais e o instrumento Outorga de Água.

Indicador 0.5:

No mínimo 10 perguntas que subsidiam as contas econômicas ambientais da água são inseridas nas pesquisas temáticas do IBGE em diferentes setores produtivos

Unidade: N° perguntas

Valor-alvo: 10 **Valor alcançado como percentagem do valor-alvo (até dez. 2016):** 30%

Descrição:

Quanto aos levantamentos realizados no Projeto sobre dados hídricos, foram identificadas lacunas, em 2016, cobertas por três perguntas do IBGE nos setores agrícola e industrial: duas perguntas direcionadas ao Levantamento dos Sistemas de Produção Agropecuária (LSPA), referentes a quantidade de recursos hídricos e área irrigada.

Uma pergunta foi registrada formalmente e aborda a Pesquisa sobre Inovação Tecnológica (PINTEC).

7.3.2. Indicadores do Objetivo Específico 1

Descrição do Alcance dos Indicadores do Output I / Objetivo Específico 1 / Resultado: O Ministério do Meio Ambiente (MMA) e a Confederação Nacional da Indústria (CNI) contam com abordagens e instrumentos comprovados para a integração de serviços ecossistêmicos no desenvolvimento de políticas e estratégias.

Indicador I.1:

Para pelo menos 05 políticas, planos, programas ou instrumentos de gestão ambiental no nível federal estão disponíveis ferramentas concretas e propostas de atuação para a integração do valor da biodiversidade e serviços ecossistêmicos

Unidade: N° Políticas, planos ou programas

Valor-alvo: 5 **Valor alcançado como percentagem do valor-alvo (até dez. 2016):** 50%

Descrição:

Até 12/2016, o Projeto capacitou atores-chave do Governo Federal, que atuam no desenvolvimento de políticas, planos, programas e instrumentos, no âmbito da gestão ambiental. Até o momento, duas políticas e estratégias conseguiram integrar informações e recomendações de atuação concretas, no tocante a SE:

- Estratégia e Plano de Ação Nacionais para a Biodiversidade (EPANB); e
- Plano Nacional de Recuperação da Vegetação Nativa (PLANAVEG).

Além disso, foram desenvolvidas sugestões de inclusão de SE em dois instrumentos, de âmbito federal:

- Diretrizes federais para a elaboração do zoneamento ecológico-econômico (ZEE).
- Diretrizes federais para a elaboração de planos de gestão de áreas protegidas.

Em complemento, fez-se uma adequação da abordagem metodológica do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) para o planejamento e gestão de áreas protegidas.

Indicador I.2:

Modelos replicáveis de integração dos serviços ecossistêmicos em políticas empresariais e decisões de investimento são disponibilizados pela Confederação Nacional da Indústria Brasileira para serem difundidos pelos seus membros

Unidade: Experiências empresariais

Valor-alvo: 10 **Valor alcançado como percentagem do valor-alvo (até dez. 2016):** 100%

Descrição:

Consideramos as experiências empresariais na aplicação de instrumentos validados ou métodos de integração de SE como sendo modelos replicáveis que, em condições semelhantes, podem levar a resultados semelhantes. As federações irão sugerir a implementação desses modelos aos seus membros.

Em 2014, 2015 e 2016, no âmbito da cooperação com a iniciativa TeSE, o Projeto assessorou 21 empresas de diferentes portes e setores no desenvolvimento de uma ou mais experiências. Isso se deu na forma de estudo de casos relacionados à avaliação e gestão de SE. No total, foram trabalhados 37 casos, de cujos resultados algumas empresas optaram pela não divulgação. 23 casos foram publicados (13 em 2015 e 10 em 2016); outros 10 serão publicados em 2017. Até o momento, 18 dos casos trabalhados foram recomendados pelas federações estaduais da indústria, ligadas à CNI (11 já publicados; a publicação dos outros 7 casos ocorrerá em 2017).

Atividades relacionadas com o alcance dos Indicadores I.1 e I.2 (do objetivo específico I) realizadas até ao período relatado (dezembro 2016):

- **Treinamento** de colaboradores do MMA, do Ministério das Cidades (MCid), do ICMBio, do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), do Serviço Florestal Brasileiro (SFB), da Agência Nacional de Água (ANA), da Embrapa-Cerrados, do MCTI, do Min. Fazenda (MF): **capacitação na abordagem ISE** (1ª edição, novembro 2012, Brasília/DF; 2ª edição, julho 2014, Brasília/DF) , **formação de multiplicadores na abordagem ISE** (1ª edição, dezembro 2015, Brasília/DF) e capacitação **“Princípios de Avaliação de Serviços Ecossistêmicos para Impacto em Políticas: Elementos, Métodos, Instrumentos e Recomendações”** (1ª edição: março 2016, Brasília/DF). [Atividade I.1]
- **Formação de colaboradores do MMA e ICMBio:** curso **“Integração de Serviços Ecossistêmicos (ISE) em Processos de Planejamento de Áreas Protegidas”** (agosto de 2016, Brasília/DF). [Atividade I.1]

- **Articulação**, desde 2014, com o ICMBio, **para** incluir o enfoque de serviços ecossistêmicos nos planos anuais de treinamento e formação continuada da Academia Nacional da Biodiversidade (ACA-DEBIO) – institucionalização da abordagem ISE e dos conceitos sobre SE [**Atividade I.1**]
- **Articulação** no governo federal para virtualização dos cursos presenciais de ISE (e sua disponibilização num formato de ensino à distância – EaD – em plataformas do MMA) [**Atividade I.1**]
- **Publicação de estudos de caso de empresas**, no site da iniciativa TeSE, do MMA e da Iniciativa Brasileira de Negócios e Biodiversidade (IBNBio), na qual a Secretaria Executiva é da responsabilidade da CNI. [**Atividade I.2**]
- Desenvolvimento de **30 estudos de caso** de empresas (iniciativa TeSE) até final de 2015. Em 2016 **foram desenvolvidos 14 novos estudos de caso de empresas** (iniciativa TESE), 10 dos quais sobre valoração de SE e dois com foco especial em gestão empresarial. Os casos de 2016 serão publicados em 2017. O projeto apoiou a elaboração e execução (*Coaching*) destes estudos na parte técnica e conceitual. [**Atividade I.2**]
- **Apoio**, entre 2014 e 2015, ao processo de **desenvolvimento da Iniciativa Capital Natural do Brasil** para a definição dos temas prioritários que deverão ter continuidade no âmbito do componente nacional. Entre estes estão as compras públicas sustentáveis, a economia da recuperação ecológica de áreas degradadas, os impactos e dependências do setor agrícola em relação aos serviços ecossistêmicos, bem como o mapeamento ambiental. A cooperação entre os parceiros chave desta iniciativa foi apoiada pelo projeto através de conferências técnicas, entre outros, também para a definição de sua estrutura de governança [**Atividade I.3**]
- Formulação de orientações para formuladores de políticas estaduais e municipais sobre pagamento por serviços ambientais (PSA), num processo em parceria com TNC e Fundação Grupo Boticário [**Atividade I.4**]
- Articulação com a Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos do Ministério de Planejamento, Orçamento e Gestão (SPI/MPOG) no final de 2014 e construção de um TdR quanto à importância da inclusão de serviços ecossistêmicos no processo de elaboração do Plano Plurianual Federal (PPA) no começo de 2015 [**Atividade I.4**]
- **Elaboração do estudo “Modelagem dos Impactos das Políticas públicas Concebidas para a Implementação do Novo Código Florestal”**. O estudo, iniciado pelo projeto em junho de 2013, forneceu dados importantes para a elaboração do **Plano Nacional de Recuperação da Vegetação Nativa (PLANAVEG)**, bem como para a regulamentação das Cotas de Reserva Ambiental nas propriedades rurais como um instrumento de incentivo econômico para a recuperação. Com base neste estudo o Ministério da Fazenda (MF) elaborou, em cooperação com a Aliança pelo Clima e Uso da Terra (CLUA), uma análise complementar sobre o tema “Análise da Rentabilidade de um Mercado Potencial para Cotas de Reserva Ambiental em Propriedades Rurais no Brasil”, com o objetivo de continuar apoiando a regulamentação das Cotas de Reserva Ambiental. O projeto TEEB R-L elaborou um documento para a disseminação dos resultados e recomendações de ação mais importantes destes dois estudos (policy-brief) que, entretanto, não chegou a ser divulgado [**Atividade I.6**]
- **Apoio técnico e assessoria** ao MMA e ao Painel Brasileiro de Biodiversidade (**PainelBio**) – uma plataforma multistakeholder de atores relevantes em nível nacional – na elaboração dos indicadores para a avaliação da implementação das Metas Nacionais de Biodiversidade e na construção da **Estratégia Nacional de Biodiversidade e Metas Nacionais de Biodiversidade**. Com relação às metas, a contribuição foi direcionada especialmente para as metas 1 até 4, que estão diretamente relacionadas com os temas TEEB e formam uma base para o futuro sistema de monitoramento das Metas Nacionais de Biodiversidade. Foram disponibilizados serviços de assessoria e, juntamente com o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI), foi realizado um workshop em 2015 para a definição dos indicadores referentes à “Meta Estratégica A” (metas 1 até 4) e para a “Meta Estratégica B” (metas 17 até 20) [**Atividade I.8**].

- **Apoio técnico e assessoria** ao Departamento de Zoneamento Territorial (DZT) da Secretaria de Recursos Hídricos e Ambiente Urbano do MMA na **integração de SE no contexto de instrumentos de planejamento e gestão territorial**. O departamento iniciou o processo de revisão das diretrizes metodológicas do Zoneamento Ecológico-Econômico, um importante instrumento de ordenamento territorial e planejamento. O projeto TEEB R-L fomentou a integração da valoração da biodiversidade e dos serviços ecossistêmicos na metodologia destes instrumentos de política ambiental com a prestação de assessoria técnica e contratação de um estudo do estado-da-arte sobre a integração de serviços ecossistêmicos no planejamento territorial. No final de 2015 o projeto elaborou uma cartilha de métodos para processos participativos na integração de informações ambientais e serviços ecossistêmicos no processo de planejamento urbano. A cartilha fornece um importante embasamento para o desenvolvimento de estratégias de planejamento urbano e propostas de ação na implementação de planos de desenvolvimento municipal. Neste contexto o Ministério das Cidades (MCid) do Brasil solicitou uma assessoria técnica para a integração de serviços ecossistêmicos no âmbito da elaboração das novas diretrizes nacionais para os planos de desenvolvimento e expansão urbana (abordagem multinível). Em 2016 o **estudo sobre o estado-da-arte da integração de SE no ordenamento territorial** foi finalizado o projeto apoiou o DZT/MMA na **organização de um seminário** “Novas perspectivas para o planejamento e ordenamento territorial: serviços ecossistêmicos e as relações entre o meio ambiente e a geração de riqueza e bem-estar”, em 04/05/2016 em Brasília [Atividade I.3; Atividade I.6; Atividade I.7]
- Realização de um *Workshop* técnico com o consórcio brasileiro para o zoneamento ecológico-econômico (Consórcio ZEE Brasil) sobre a definição dos pontos essenciais à integração de SE no processo de ZEE (05.05.2016). [Atividade I.5; Atividade I.7]
- Reuniões, desde 2015, com o ICMBio, o Departamento de Áreas Protegidas (DAP/MMA) e com o projeto Lifeweb para a discussão de possibilidades sobre a integração de SE no ordenamento e gestão de unidades de conservação, bem como planos de comunicação e estratégicos; preparação de um curso. **Organização de um seminário em 2016** sobre “Serviços ecossistêmicos e áreas protegidas – uma parceria para a conservação da biodiversidade” com a participação de peritos nacionais e estrangeiros (12.07.2016). [Atividade I.3; Atividade I.7]
- Formulação e execução de aplicação de testes para a valoração não-econômica de serviços ecossistêmicos culturais (SEC), juntamente com uma empresa e a iniciativa TeSE. Finalização: 2017. [Atividade I.6]
- Divulgação de publicações nos eventos da CNI e das federações, bem como em eventos internacionais (IV Encontro Regional do Projeto ValuES e a COP 13 da CDB, no México, 2016). [Atividade I.6; Atividade I.7; Atividade I.8]
- Participação em três edições dos Diálogos Internacionais Brasil-Índia-Alemanha sobre iniciativas nacionais de TEEB (Alemanha-2013; Brasil-2014 e Índia-2015) e participação em dois eventos para a troca de experiências sobre as iniciativas nacionais de TEEB, na COP 13 da CDB (2016) [Atividade I.8]
- Apoio à GVces na parte técnica e conceitual do programa “**Finanças Sustentáveis**”, em particular a análise de **três estudos de casos de empresas** referentes à inclusão de SE em suas análises de risco e decisões de investimento, com base em uma metodologia sugerida pelo Centro de Estudos em Sustentabilidade da Fundação Getúlio Vargas (GVces). A contribuição do projeto é o desenvolvimento e disponibilização de instrumentos e métodos que possibilitem aos tomadores de decisão do setor financeiro levar em conta os riscos empresariais que estão relacionados aos recursos naturais e serviços ecossistêmicos. No ano de 2015 foi realizada a avaliação de três projetos de investimento do setor privado quanto à sua dependência de serviços ecossistêmicos: Centroflora (produção de extratos naturais para a indústria farmacêutica), Duratex (produção de instalações sanitárias) e Copel (geração de energia). Em cada uma destas decisões de investimento os serviços ecossistêmicos avaliados foram considerados como critério financeiro nas análises. Assim podem ser desenvolvidos,

em conjunto, modelos que dão suporte ao processo de tomada de decisão dos especialistas da área de crédito e investimentos. O objetivo é que os analistas financeiros passem a considerar os recursos naturais e serviços ecossistêmicos em seus métodos de análise. Em 2016 aconteceu a discussão dos primeiros resultados com especialistas da área econômica e de universidades. Continuação das discussões conforme os resultados esperados para 2017. **[Atividade I.9]**

- Apoio (em 2014) a uma iniciativa do Programa *Emerging Market Dialogue* (Diálogo dos Mercados Emergentes – EMD) da GIZ Alemanha e financiado pelo BMZ, que no Brasil foi desenvolvido em cooperação com a Câmara Temática de Finanças – CTFin do Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável (CEBDS). No âmbito desta iniciativa foram realizados dois workshops, nos quais o projeto participou tecnicamente no planejamento do programa. Além disso, o projeto participou da elaboração dos *Terms of Reference* para o estudo financiado pelo EMD "Quantificação da exposição ao risco relacionada ao capital natural nas instituições financeiras no Brasil", desenvolvido pela TruCost, juntamente com instituições financeiras brasileiras. O estudo em andamento representa uma análise da exposição do mercado financeiro em relação ao risco do capital natural na economia brasileira. Assim são identificados setores que estão sujeitos a altos riscos, transferindo os impactos das empresas e as dependências do capital natural aos riscos financeiros. Estes resultados são importantes para a continuação da cooperação do projeto TEEB com empresas privadas, uma vez que fornecem importantes informações sobre os custos de capital atual e futuro na tomada de empréstimos ou despesas de investimento, influenciando assim significativamente os processos de decisão empresariais.

A promoção da inclusão de serviços ecossistêmicos no contexto dos processos de licenciamento ambiental chegou a ser avaliada e planejada entre o Projeto TEEB R-L e o Departamento de Processos de Licenciamento do IBAMA, em 2014.

Na oficina de POA de 2014 colegas do IBAMA participaram do exercício de planejamento do Projeto. No entanto, devido a um processo interno de reestruturação que o IBAMA, na altura, vivenciava, e devido à falta de priorização institucional do tema, não foi possível avançar. Apesar disso, o quadro técnico do IBAMA foi instruído e treinado sobre a abordagem Integração de Serviços Ecossistêmicos.

Da mesma forma, a colocação em prática da articulação com o MPOG no contexto do PPA Federal não chegou a avançar.

7.3.3. Indicadores do Objetivo Específico 2

Descrição do Alcance dos Indicadores do Output II / Objetivo Específico 2 / Resultado: Processos prioritários de desenvolvimento regional consideram serviços ecossistêmicos no planejamento e na implementação e servem como referência para uma aplicação abrangente.

Indicador II.1:

Em no mínimo 3 investimentos públicos e privados nas regiões selecionadas são considerados SE de forma demonstrada

Unidade: Total de atores públicos e privados que investem na conservação de SE

Valor-alvo: 3 **Valor alcançado como percentagem do valor-alvo (até dez. 2016):** 66%

Descrição:

Nas regiões selecionadas serão desenvolvidos casos-piloto para vincular uma análise de serviços ecossistêmicos a vários instrumentos de planejamento e gestão territorial e de unidades de conservação e também a alguns instrumentos econômicos de incentivo à conservação. A implementação desses instrumentos vai fazer com que os investimentos nas regiões passem a ter em conta os SE. Entende-se que “considerar SE em investimentos públicos e privados” significa que atores públicos e privados (empresas, municípios, Estados ou outros recortes geográficos), subsidiados pelos casos-piloto, investem recursos (humanos, financeiros etc.) em ações de manutenção e conservação de SE.

Resultado, até o momento, da análise quantitativa:

- Duque de Caxias (Rio de Janeiro) – Mapeamento da oferta de SE, por meio dos principais ecossistemas do município, visando apoiar o ordenamento territorial municipal.
- Apoio à Secretaria de Estado de Meio Ambiente do Distrito Federal (SEMA-DF) no processo de revisão dos instrumentos de compensação florestal, pela concepção de uma proposta de adequação à fórmula do cálculo de compensações. Objetivo: fazer com que investimentos para a recuperação e proteção de áreas levem em conta os SE. Implantação: 2017.
- TEEB São Paulo – Avaliação dos principais ecossistemas da bacia hidrográfica do Rio Paraíba do Sul e respectiva provisão de SE, para apoio a políticas públicas.

Indicador II.2:

Métodos comprovados e propostas de implementação para a consideração dos serviços ecossistêmicos estão disponíveis para integração em, pelo menos 6 políticas, planos, programas e/ou instrumentos de planejamento e/ou gestão ambiental no nível regional local

Unidade: Métodos e propostas sistematizadas

Valor-alvo: 6 **Valor alcançado como percentagem do valor-alvo (até dez. 2016):** 60%

Descrição:

Propostas de métodos e de implementação do Projeto, para levar em conta os SE, podem ser extraídos (1) da sistematização de resultados dos casos-piloto do Projeto; (2) da sistematização de exemplos de políticas, planos, programas e instrumentos, nas esferas nacional e internacional, que considerem SE, na sua formulação; (3) da troca de experiências com outros projetos nacionais e internacionais, que considerem os SE.

O Projeto apresentou propostas de implementação, considerando os SE, nos seguintes processos:

- Processo de revisão dos instrumentos de compensação florestal, no Distrito Federal (a proposta de implementação está disponibilizada para integração à Lei de Compensação Florestal e será publicada, possivelmente, em 2017).
- Revisão do Plano Diretor Urbanístico do Município de Duque de Caxias, por meio da Secretaria Municipal de Urbanismo (a proposta de implementação está disponibilizada para integração ao Plano Diretor e será utilizada, possivelmente, em 2017).
- Processo de elaboração de políticas públicas para a região do Vale do Paraíba do Sul, por meio da implementação das atividades da iniciativa TEEB São Paulo (Estado de São Paulo; proposta de implementação em elaboração).
- Processos de desenvolvimento local na área de proteção ambiental APA da Fazendinha (Estado do Amapá; proposta de implementação em elaboração).
- Proposta de atuação para formuladores de políticas públicas estaduais e municipais sobre pagamento por serviços ambientais (PSA) desenvolvida e disponibilizada (a proposta está disponível). Para 2017, o Projeto prevê a assessoria a estados (possivelmente, Rondônia e Acre), na elaboração/implementação de suas políticas/programas de PSA.

A proposta de implementação considerando-se os SE no manejo florestal, no Amapá (FLOTA-AP), foi desenvolvida pelo GRETE, em 2016, como resultado da estratégia de capacitação para ISE, do Projeto (a proposta de implementação encontra-se disponível).

Atividades relacionadas com o alcance dos Indicadores II.1 e II.2 (do objetivo específico II) realizadas até ao período relatado (dezembro 2016):

- Apoio à Embrapa-Amapá em um treinamento sobre ISE para atores-chave regionais e locais, no planejamento do desenvolvimento da APA da Fazendinha realizado em Macapá em outubro de 2016. **[Atividade II.1]**
- **Treinamento** de colaboradores da Secretaria de Estado do Meio Ambiente de São Paulo, da Fundação Ambiental do Estado de Santa Catarina, da Secretaria de Estado do Meio Ambiente do Paraná, da Secretaria do Distrito Federal, da SEMA do Amazonas, do Instituto Estadual de Florestas do Amapá, da SEMA da Bahia e do INEMA-BA, da SEMA e do IMC do Acre, do INEA e da SEA do Rio de Janeiro e da SEMADES do Tocantins: **capacitação na abordagem ISE** (1ª edição, novembro 2012, Brasília/DF; 2ª edição, julho 2014, Brasília/DF) , **formação de multiplicadores na abordagem ISE** (1ª edição, dezembro 2015, Brasília/DF) e capacitação **“Princípios de Avaliação de Serviços Ecosistêmicos para Impacto em Políticas: Elementos, Métodos, Instrumentos e Recomendações”** (1ª edição: março 2016, Brasília/DF). **[Atividade II.1]**
- Apoio à divulgação de um estudo sobre análise e avaliação econômica dos SE prioritários para a gestão florestal no Amapá (2016), visando o fortalecimento da política florestal estadual e a implementação de um manejo ecológico, na Floresta Estadual do Amapá (FLOTA-AP). O estudo é resultado da internalização da abordagem ISE, por meio de atores estaduais treinados no Projeto. **[Atividade II.2]**
- Formulação de uma proposta de alteração do cálculo da compensação florestal (2016), para se levar em conta SE, no Distrito Federal (DF). Os resultados do estudo realizado para a concepção da Lei de Compensação Florestal do Distrito Federal foram discutidos e construídos juntamente com os atores-chave. O projeto de lei e as contribuições do Projeto serão apresentados, possivelmente, em 2017. **[Atividade II.2, Atividade II.3, Atividade II.6]**
- Ao final de 2016, apoio ao processo de planejamento do Parque Nacional do Jaú (Estado do Amazonas) na preparação à elaboração do plano de gestão, levando-se em conta o tema SE. A cooperação nesse processo estadual deu-se por meio da participação da gestora de unidades de conservação em um treinamento do Projeto sobre ISE. **[Atividade II.3]**
- Acompanhamento de um processo de ordenamento territorial, na esfera local – processo de revisão do Plano Diretor Urbanístico do Município de Duque de Caxias, por meio do mapeamento de SE e do apoio à Secretaria Municipal de Urbanismo, no diagnóstico e na revisão do Plano como um todo. Em 2015 o projeto desenvolveu e aplicou como medida piloto, em cooperação com o projeto ValuES no **Município de Duque de Caxias**, um método de mapeamento dos ecossistemas locais e seus serviços. Este método foi colocado à disposição do Departamento de Planejamento Urbano para o levantamento e valoração dos serviços ecossistêmicos e fornece importantes propostas de ação para futuros investimentos. Estes investimentos referem-se à revisão do plano de desenvolvimento municipal, bem como à elaboração da Lei Municipal de Uso e Ocupação do Solo (LUOS). Os resultados de projeto piloto foram apresentados na 8ª Conferência Global *Environmental Services Partnership* (ESP) em novembro de 2015 na África do Sul. A continuidade do processo, junto à Secretaria Municipal de Urbanismo, em 2017, está assegurada. **[Atividade II.3; iniciada]**
- Sensibilização de atores-chave dos governos estadual e local, de empresas, de instituições de pesquisa e da sociedade civil quanto à área de proteção ambiental APA da Fazendinha, visando a criação de um grupo de trabalho para a negociação de um plano de desenvolvimento local sustentável. Em 10/2016, o Projeto apoiou, em um *workshop*, o levantamento de informações sobre os SE prioritários, bem como à identificação das atividades econômicas de diferentes atores da área de proteção ambiental e representantes de diversas cadeias de produção. **[Atividade II.4]**
- Assessoria à Secretaria de Estado do Meio Ambiente de São Paulo na implementação da iniciativa

TEEB São Paulo. Na **Iniciativa TEEB-São Paulo**, os investimentos para a recuperação da vegetação nativa em áreas degradadas na bacia do Rio Paraíba do Sul, assim como em sistemas de produção agropecuária de baixo impacto ambiental na região, futuramente serão vinculados a informações sobre a valoração dos serviços ecossistêmicos locais e regionais. Em 2015 o projeto prestou assessoria e treinamento técnico ao órgão ambiental estadual SEMA/SP na definição das atividades essenciais da iniciativa, na revisão dos estudos técnicos de mapeamento e nas avaliações ecossistêmicas, bem como os principais serviços, no contexto regional. **[Atividade II.2, Atividade II.3, Atividade II.4]**

- Realização e conclusão de um guia para formuladores de políticas públicas de PSA estaduais e municipais, em parceria com *The Nature Conservancy* (TNC) e a Fundação Grupo Boticário. Para 2017 está previsto o lançamento e a divulgação **[Atividade II.5] [Atividade II.6]**
- Troca e comunicação de lições aprendidas na implementação da abordagem de SE em políticas, planos e programas, na esfera regional-local, juntamente com outros projetos da América Latina e Caribe, em eventos internacionais. IV Encontro Regional do Projeto ValuES, em 12/2016; Conferência Latino-americana, em 10/2016, ESP) **[Atividade II.7]**
- Preparação de materiais informativos sobre os estudos de casos com vistas à disseminação no acervo de métodos online e instrumentos do Projeto Global ValuES, bem como em outros canais de comunicação **[Atividade II.7]**

Uma proposta de estudo de avaliação do custo-efetividade das cotas de reserva ambiental (CRA) como instrumento econômico para a conservação da biodiversidade e de seus serviços ecossistêmicos foi elaborada para o estado da Bahia, em articulação com a CSF. [Atividade 2.2]. A realização do estudo no Estado da Bahia não foi possível no contexto do projeto TEEB Regional-Local, mas a CSF acabou por executar o estudo-piloto a expensas próprias. O desvio na aplicação das Cotas de Reserva Ambiental para propriedades rurais na Bahia não prejudicou os resultados esperados até o término do projeto. Com relação aos estados da Bahia, Tocantins, Amazonas e Goiás, chegou-se a discutir e desenhar planos de trabalho e, no caso do Amazonas e Goiás, a avançar-se igualmente com Acordos de Cooperação Técnica entre o MMA e as Secretarias Estaduais de Meio Ambiente, mas a proposição de parceria e de trabalho conjunto não prosseguiu em nenhum desses estados.

7.3.4. Indicadores do Objetivo Específico 3

Descrição do Alcance dos Indicadores do Output III / Objetivo Específico 3 / Resultado: Pequenas e médias empresas integram serviços ecossistêmicos em seus negócios

Indicador III.1:

Pelo menos 05 federações estaduais da indústria contam com programas de formação institucionalizados para a integração de serviços ecossistêmicos nas decisões de investimento, gestão e relatos empresariais e orientam as empresas associadas

Unidade: Programas de formação

Valor-alvo: 5 **Valor alcançado como percentagem do valor-alvo (até dez. 2016):** 60%

Descrição:

O Programa de Formação é parte da estratégia de incorporação de Biodiversidade e Serviços Ecossistêmicos (BSE) nas agendas das Federações Estaduais das Indústrias e permitirá com que o tema ganhe escala e possa ser oferecido de forma ampla, garantindo maior impacto e a permanência do tema nas agendas das empresas após a finalização do projeto. Medidas já em andamento, como a construção e adequação de métodos de valoração de SE, bem como a identificação e desenvolvimento de exemplos de valoração e gestão de SE, concernentes a atividades empresariais, e capacitações temáticas pontuais, são as bases da orientação do programa de formação (descrição detalhada do Projeto: atividades do resultado III).

O programa será construído juntamente com as federações das indústrias dos Estados do Amazonas, Bahia, Goiás, Minas Gerais, Paraná e Rio de Janeiro, e estará disponível em 2017/2018.

Indicador III.2:

Pelo menos 05 federações estaduais das indústrias fazem recomendações sobre a quantificação de serviços ecossistêmicos nos balanços empresariais

Unidade: Diretriz para o Relato de Externalidades e Divulgação pelas Federações

Valor-alvo: 5 **Valor alcançado como percentagem do valor-alvo (até dez. 2016):** 70%

Descrição:

Como representantes de interesses industriais, as Federações e a CNI por regra geral não fazem recomendações referentes à operação interna das empresas associadas. Além disso, as empresas *per se* não apresentam as dependências, impactos e externalidades de BSE nos seus balanços. Até o momento estes aspectos, geralmente sensíveis, são mencionados somente nos relatórios de sustentabilidade das grandes empresas. Por isso, “fazer recomendações para a quantificação dos serviços ecossistêmicos nos balanços das empresas” entende-se como a construção e a disseminação de diretrizes para empresas relatarem sobre a integração de serviços ecossistêmicos, por meio de conteúdos de aprendizagem transmitidos nos cursos de formação continuada para empresas. O Projeto espera que a CNI e as federações orientem suas empresas-membro em como acessar e participar do programa de formação assim como divulguem as diretrizes e os exemplos de relato desenvolvidos no âmbito do projeto

Diretrizes Empresariais para Relato de Externalidades Ambientais (DEREA) foram desenvolvidas e publicadas, em português e inglês, em 2015, em conjunto com a iniciativa TeSE. Orientações para relato foram realizadas com a aplicação da DEREAs para publicação dos casos empresariais de valoração de SE, desenvolvidas no contexto da TeSE. Os resultados dessas aplicações (relatos de casos) foram publicados e amplamente divulgados, em 2016, junto às federações e ao empresariado. As diretrizes (DEREA) foram incluídas na “Capacitação em Valoração e Gestão Empresarial de Serviços Ecossistêmicos” realizada em 2016, pela Federação das Indústrias do Estado Paraná (FIEP). Estando prevista a replicação desta capacitação em outras cinco federações estaduais (Amazonas, Bahia, Goiás, Minas Gerais e Rio de Janeiro).

Atividades relacionadas com o alcance dos Indicadores III.1 e III.2 (do componente específico III) realizadas até ao período relatado (dezembro 2016):

- Realização em 2014 de um estudo do estado-da-arte dos conhecimentos sobre biodiversidade e serviços ecossistêmicos, bem como a inclusão destes temas no trabalho da Confederação Nacional da Indústria - CNI e das federações estaduais nos estados do Amazonas, Acre, Goiás, Rio de Janeiro, Minas Gerais e Bahia. Pôde ser observada uma grande heterogeneidade entre os diversos estados, bem como uma compreensão insuficiente das inter-relações entre os processos de produção e os serviços ecossistêmicos. Isto se deve principalmente (a) à falta de disposições legais e regulamentações, diferentemente do que ocorre com outros temas ambientais como procedimentos de licenciamento, água ou mudanças climáticas. Ao mesmo tempo (b) a complexidade do conceito e (c) a cadeia causal mais indireta dificultam a compreensão dos processos de degradação. Até o momento estes aspectos geram apenas um engajamento periférico do setor industrial nesta área. Concluindo, o estudo detectou entre os participantes uma grande demanda por instrumentos adequados para dar suporte aos tomadores de decisão na inclusão destes aspectos na estratégia empresarial. Com base na análise realizada foi elaborada uma estratégia para um engajamento mais ativo das federações regionais. Os elementos desta estratégia são: Sensibilização (baseada em palestras e divulgação de *best practices*), *capacity development* (através de medidas de formação continuada para as lideranças e colaboradores das federações e empresas), comunicação (através da elaboração de material

didático e promoção do intercâmbio no âmbito da plataforma *Business & Biodiversity* já existente). **[Atividade III.8]**

- No âmbito da cooperação com o Centro de Estudos de Sustentabilidade (GVces) da Fundação Getúlio Vargas (Iniciativa TeSE - Tendências em Serviços Ecosistêmicos) o projeto contribuiu em 2014 para a revisão das Diretrizes Empresariais para Valoração de Serviços Ecosistêmicos (DEVESE 1.0). O marco regulatório (DEVESE 2.0), que também foi revisado, agora contém diretrizes atualizadas para serviços ecosistêmicos nas áreas de água, qualidade da água, absorção de águas residuais, regulamentação do clima global, lazer e turismo, biocombustível, polinização e regulamentação do solo. **[Atividade III.3]**
- Participação (em 2014) nas atividades da Rede Biodiversidade e Florestas da Confederação Nacional da Indústria brasileira – CNI, o que possibilitou a introdução de temas TEEB nas discussões das 27 federações estaduais, permitindo alcançar representantes dos mais diversos setores, como cosméticos, química fina e biotecnologia. **[Atividade III.8]**
- Em 2014 o projeto elaborou e publicou o **estudo** "Decisões da Convenção de Diversidade Biológica e da Economia Privada" que resume as decisões mais importantes da Convenção de Biodiversidade (CBD) em relação à economia e contribui para a informação e sensibilização dos empresários. **[Atividade III.4]**
- Realização de um filme documentário sobre a valoração da biodiversidade no âmbito de processos inovadores e ideias de negócios orientados pela responsabilidade ecológica e social, que resume cinco experiências de diferentes setores e mostra de modo exemplar a integração da biodiversidade e dos serviços ecosistêmicos em processos de produção e de tomada de decisão. **[Atividade III.4]**
- Em 2014 foi realizado um total de 20 estudos-piloto com as empresas participantes da iniciativa TeSE para a avaliação da aplicabilidade dos métodos. O projeto assessorou a elaboração destes estudos na parte técnica e conceitual. Neste contexto foram publicadas as experiências de 12 estudos piloto no intuito de fornecer a outras empresas exemplos práticos para a aplicação da avaliação ambiental econômica, bem como para o leque de possibilidades de adequação das diretrizes a situações específicas das empresas. **[Atividade III.2]**
- No contexto da parceria com o Centro de Estudos em Sustentabilidade (GVces) da Fundação Getúlio Vargas, por meio da expertise técnica, o projeto apoiou em 2014 a iniciativa empresarial TeSE na elaboração de diretrizes para a apresentação de relatórios sobre externalidades ambientais no setor empresarial (DEREA). O objetivo é apoiar as empresas na elaboração de um relatório sobre a sua estimativa quantitativa do valor econômico das externalidades ambientais positivas e negativas. Aqui deve ser feita uma interpretação realista e coerente sobre o que estas externalidades ambientais significam para as empresas. Por conseguinte, o relatório representa uma ferramenta de apoio para o planejamento estratégico da empresa. As diretrizes do relatório se baseiam em informações que foram elaboradas através das diretrizes para a avaliação dos serviços ecosistêmicos (DEVESE) e da qual participaram representantes de diversas empresas, bem como os quadros técnicos da FGV e especialistas do projeto **[Atividade III.3 e III.6]**
- Em 2015 o projeto lançou a publicação bilingue (português/inglês) "**Diretrizes Empresariais de Relatório de Externalidades Ambientais (DEREA)**", com ênfase nos serviços ecosistêmicos, anteriormente elaboradas no âmbito da iniciativa empresarial TeSE. O objetivo destas diretrizes é apoiar as empresas na elaboração de um relatório sobre a sua estimativa quantitativa do valor econômico das externalidades ambientais positivas e negativas. A publicação representa uma ferramenta de apoio para o planejamento estratégico da empresa. **[Atividade III.3 e III.6]**
- Em 2015 o projeto elaborou Diretrizes Empresariais para Valoração de Serviços Ecosistêmicos de Provisão (DEVESEP) em cooperação com o Centro de Estudos em Sustentabilidade GVces da Fundação Getúlio Vargas (*Atividades 3.1, 3.3 e 3.6*). O conjunto de regras é complementar às diretrizes DEVESE (2.0) revisadas em 2014. Esta e outras publicações especializadas servem como material

para cursos de formação continuada, assim como para a formação de multiplicadores sobre o tema integração de serviços ecossistêmicos em decisões empresariais. **[Atividade III.6]**

- Em 2016, a publicação com as diretrizes empresariais para a valoração não econômica de serviços ecossistêmicos culturais (DESEC), no âmbito da iniciativa TeSE, foi concluída e publicada em português e inglês. **[Atividade III.1 e Atividade III.3]**
- Publicação dos resultados de dez experiências empresariais, do ano de 2015, sobre valoração de SE, como referência para o setor privado. **[Atividade III.2]**
- Disseminação das publicações, junto à CNI, às federações estaduais da indústria, a diferentes empresas interessadas (nacional e internacionalmente), em eventos como: CNI Sustentabilidade, Fórum Anual das Iniciativas Empresariais do GVces, IV Encontro Regional do Projeto ValuES (México) e COP 13 da CDB (México). **[Atividade III.4]**
- No primeiro semestre de 2015 as cinco federações estaduais da indústria brasileira (Amazonas, Bahia, Goiás, Minas Gerais e Rio de Janeiro) foram assessoradas tecnicamente pelo projeto sobre os temas biodiversidade e serviços ecossistêmicos, através da “Capacitação em biodiversidade e serviços ecossistêmicos na gestão empresarial” (BSE);
- Realização capacitações em 2016 para representantes de empresas, consultores para temas ambientais, profissionais das federações da indústria e do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), na Federação das Indústrias do Paraná (FIEP): “Capacitação em biodiversidade e serviços ecossistêmicos na gestão empresarial” (BSE) e “Capacitação em Valoração e Gestão Empresarial de Serviços Ecossistêmicos”. Esta última encontra-se estruturada e deverá ser replicada, em 2017, para outras cinco federações (Amazonas, Bahia, Goiás, Minas Gerais e Rio de Janeiro) **[Atividade III.4, Atividade III.5 e Atividade III.8]**.
- No âmbito da iniciativa TeSE houve a inclusão em 2015 de cinco empresas (respectivamente uma recomendação de cada federação estadual) para aumentar o número de experiências piloto empresariais com o método de avaliação e assim estabelecer uma referência em cada Estado **[Atividades III.2 e III.4]**.
- Em 2016, o Projeto realizou *workshops* sobre a gestão de SE, com empresas da iniciativa TeSE. Os *workshops* tiveram, por base, dois casos de gestão empresarial, com ênfase em critérios de escolha de fornecedores e indicadores de produção amigável à biodiversidade, e práticas comerciais da União para o BioComércio Ético (UEBT). Os casos serão publicados em 2017. **[Atividade III.5 e Atividade III.6]**
- Em 2016, o Projeto não executou nenhuma medida no setor financeiro e de crédito, e assim deve continuar ocorrendo até 2018. **[Atividade III.7]**.
- Articulação com as federações estaduais da indústria sobre um plano de trabalho para o desenvolvimento estruturado de um programa de formação está em curso. A participação de representantes do SENAI nas atividades de treinamento já realizadas pelo Projeto fortalece o diálogo cria ambiente para a efetivação do programa. **[Atividade III.8]**

Os preparativos para a institucionalização dos programas de formação continuada demoraram mais do que inicialmente esperado. Por um lado isso se deve ao enquadramento institucional dos programas no sistema de formação continuada das federações estaduais (através dos serviços de formação técnica de instituições como SEBRAE ou SENAI). Por outro lado, o desenvolvimento de métodos e instrumentos, bem como as fases de teste necessárias realizadas no âmbito da iniciativa TeSE, levaram mais tempo devido à sua complexidade.

7.3.5. Indicadores do Objetivo Específico 4

Descrição do Alcance dos Indicadores do Output IV / Objetivo Específico 4 / Resultado: Atores-chave aplicam métodos e instrumentos para a elaboração de Contas Econômicas Ambientais de Água e Floresta e a sua implementação no planejamento e análise de políticas.

Indicador IV.1: IBGE, MMA, SFB e ANA dispõem dos dados necessários para a elaboração de contas econômicas ambientais de água e floresta em uma região.

Unidade: Dados sobre recursos hídricos e florestais

Valor-alvo: Fluxo físico de água (1), estoque e fluxo monetário de água (2), estoque e fluxo físico de floresta (2) **Valor alcançado como percentagem do valor-alvo (até dez. 2016):** 10%

Descrição:

Em 2016, foram computados os dados do fluxo físico dos recursos hídricos, ajustados pela ANA, visando preencher os requisitos da metodologia das Nações Unidas para contas econômicas ambientais.

Indicador IV.2: Uma conta econômica ambiental de recursos hídricos e/ou florestal é empregada e avaliada em uma região (bacia hidrográfica, estado ou município), de forma padronizada.

Unidade: Nº contas

Valor-alvo: 1 **Valor alcançado como percentagem do valor-alvo (até dez. 2016):** 0%

Descrição:

Para se elaborar uma conta econômica ambiental de recursos hídricos, são levantados o estoque/fluxo físico e monetário, em uma determinada região (por exemplo, sub-bacia hidrográfica, município ou estado). Tão logo todos os dados necessários estejam disponíveis, todos os cálculos necessários poderão ser executados. Isso seria empregado de forma padronizada, em uma região, após se realizar uma análise do processo e se formularem as recomendações. Em 2016, os parceiros executores IBGE, ANA e MMA discutiram a viabilidade desse indicador, no atual contexto das contas econômicas ambientais, no Brasil. Atividades concretas do Projeto serão formuladas no 1º trimestre de 2017.

Atividades relacionadas com o alcance dos Indicadores IV.1 e IV.2 (do componente específico IV) realizadas até ao período relatado (dezembro 2016):

- Participação no seminário “Contas econômicas ambientais da água como apoio ao monitoramento do objetivo de desenvolvimento sustentável (ODS) 6 da Agenda 2030”, 10.11, Brasília/DF (organização: ANA). [Atividade IV.1]
- Organização e participação no encontro sobre concertação institucional entre MMA-IBGE para a reestruturação da parceria, no contexto do componente para contas econômicas ambientais.
- A implementação das atividades IV.2 a IV.10 ainda não foi iniciada.

7.4. Empresas apoiadas pelo Projeto TEEB Regional-Local (por meio da TESE)

Tabela – Empresas participantes da Iniciativa TESE

Nome	Porte	Setor	Ciclos			Empresas recomendadas pelo Projeto Regional-Local
			2014	2015	2016	
AES	grande	Elétrico	X		X	
Alcoa	grande	Mineração	X			
Amaggi	grande	Agronegócio	X	X	X	
Angloamerican Minério do Brasil	grande	Mineração	X	X	X	
Assessa	pequeno	Cosmético			X	X
Barion	médio	Alimentício			X	X
Beraca	médio	cosmético	X	X	X	X
Braskem	grande	Agronegócio			X	
BRF	grande	Agronegócio	X	X		
Camargo Correa	grande	Construção	X			
COPEL	grande	Elétrico		X	X	
CSN	grande	Siderurgia	X	X	X	
Danone	grande	Alimentício	X			
Duratex	grande	Agronegócio	X	X	X	
EDP	grande	Elétrico			X	
Furnas	grande	Elétrico			X	
Grupo Abril	grande	Gráfica	X			
Grupo Centoflora	médio	Cosmético	X	X	X	X
Grupo Ecorodovias	grande	Rodoviário	X	X	X	
Ipiranga Produtos de Petróleo	grande	Combustível			X	
Itaú	grande	Financeiro			X	
JBS	grande	Agronegócio			X	
Ki-Jóia	pequeno	Químico		X		X
Minerita	médio	Mineração		X	X	X
MRV Engenharia	grande	Construção			X	
Natura	grande	Cosmético	X			
Raízen	grande	Combustível	X			
Santander	grande	Financeiro	X			
Seikin	pequeno	Equipamentos		X	X	X
Suzano	grande	Agronegócio	X			
Telefônica Vivo	grande	Telecomunicações			X	
TIM Participações	grande	Telecomunicações			X	
Veracel	grande	Agronegócio		X	X	X
Walmart Brasil	grande	Agronegócio	X			